



9

Anais da Assembléia

Nº 54 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1995 ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CAÍTO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOSELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S; Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 41.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Trondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmore Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registro, com satisfação, a presença em plenário, da vice-Governadora, nossa companheira, Emília Belinati.

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 14/95 - Emenda

Supressiva à Constituição Estadual, que suprime do artigo 179, § 7º, da Constituição Estadual, a expressão: "até o limite de 10% (dez por cento), devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários".

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 01 (um), 2.^a discussão do Projeto de Lei n° 029/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 08 (oito), 1.^a discussão do Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final dos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva solicite a cada líder partidário, a nomeação de um Deputado para, amanhã, dia 23.05.95, às 9:30 horas se dirigir à Cidade Jardim, no Município de José dos Pinhais para acompanhar as do canal extravasor.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 1354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Poder Legislativo convide o Exmo. Senhor Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Joni Varisco, a expor os diversos programas e projetos de sua Pasta, no horário do Grande Expediente, em data a ser ajustada.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) BEITO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Como se sabe, a Secretária de Estado do Emprego e Relações do Trabalho está empenhada em desenvolver dois programas de fundamental importância para sua Pasta: "Conselhos Municipais do Trabalho" e "Cooperativas de Trabalho".

Aberta ao diálogo com os Órgãos da Administração Estadual, esta Casa há de ter interesse em conhecer e debater tais programas diretamente com o titular da Secretaria.

REQUERIMENTO N° 1356

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, atendendo a proposta já aprovada pelo Plenário, a destinação dos horários reservados ao Grande e Pequeno Expediente e às Lideranças, na Sessão do dia 23 de maio próximo, para realização de homenagens aos servidores envolvidos nos trabalhos de resgate dos reféns tomados por seqüestradores nos períodos de 24 a 29 de abril do corrente ano, no Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento: Elio Rusch.

REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor Mauro Gil, Gerente de Marketing e Planejamento do Sistema Independência de Comunicações, pela sua eleição no mês de abril de 1995 à Presidência da Associação dos Funcionários da Rede Independência, ratificando sua excelente atuação junto à direção e funcionários da Rede.

Nossos cumprimentos pela eleição, almejando-lhe uma profícua gestão frente a essa importante Associação, junto a qual é reconhecido pelo seu talento e dedicação.

Esta Casa, traduzindo este júbilo, faz em ata de seus trabalhos esta manifesta-

ção.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1327

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor Olivério Bento Ribeiro, pelos seus 25 anos de trabalhos prestados à comunidade da Barreirinha.

O Senhor Olivério é fotógrafo desde janeiro de 1970, Presidente da Associação Beneficente dos Moradores da Barreirinha, vice-Presidente do Conselho de Saúde do Posto de Saúde da Barreirinha, Conselheiro da Associação de Pais e Mestres do Colégio Gêlvira Corrêa Pacheco, Diretor de Relações Públicas do Combate Barreirinha Futebol Clube, Diretor Social do Conselho Administrativo e Pastoral da Paróquia de Santa Gema Galgani.

Os nossos mais sinceros cumprimentos por este exemplo de dedicação, trabalho e amor à sua terra, sua gente, cuja importância requer os nossos respeitos, admiração e reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações ao Comandante Ten. Cel. Jairo Mello e ao Major Jurandir Cabral de Lima, ambos servindo o 15° Batalhão de Polícia Militar pelo recebimento da medalha "Honra ao Mérito", pelos 30 (trinta) anos de excepcional conduta e serviços prestados à Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A carreira do Policial Militar é uma das mais espinhosas.

A escola de soldados, a escola de sargentos, a escola de oficiais, o convívio com o perigo, faz com que muitos desistam pelo caminho.

Sendo assim, ao testemunharmos a homenagem prestada a estes dois exemplos da Polícia Militar, que recebem a medalha de "Honra ao Mérito", por 30 anos de excepcional conduta e serviços prestados, não poderíamos deixar de, através deste requerimento, manifestar nossas congratulações, demonstrando que o Poder Legislativo está atento a estas honrarias tão merecidas e importantes, na medida que incentivam o

trabalho honesto, competente e exemplar destes homens.

REQUERIMENTO N° 1341

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após, ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações ao Comandante do 15° Batalhão de Polícia Militar, Ten. Cel. QOPM Jairo José Rodrigues de Mello, pela iniciativa de executar treinamento de Ações Táticas Policiais Militares - ATPM.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O treinamento dos Policiais Militares deveria ser uma constante, mas como não é, iniciativas como esta do Comando do 15° BPM, merecem ser enaltecidas, pela importância de reciclagem tão necessária a Policiais Militares que diariamente convivem com o perigo, com a orientação e a segurança da comunidade.

Ao submeter seus 400 homens a treinamentos de tiro, abordagem de veículos e residências, defesa pessoal e relações públicas e humanas, o Comandante daquela unidade militar, resgata uma prática necessária para a valorização do Policial Militar.

REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder voto de congratulações ao Senhor Vitemberg Gomes Mendes, reeleito para a presidência do SINCLAPOL, Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

As eleições realizadas pelo SINCLAPOL no último dia 14 de maio, consagram com 99,8% dos votos válidos a chapa encabeçada pelo atual Presidente da entidade, Vitemberg Gomes Mendes.

Fato sem precedente na história da classe policial civil de nosso Estado, a reeleição da chapa não contou com nenhum voto contrário nos municípios de Curitiba, Jacarezinho, Paranaíba, Cascavel, Maringá e Foz do Iguaçu.

Temos certeza de que esse resultado representa o reconhecimento dos policiais civis ao extraordinário trabalho desenvolvido pela atual diretoria do SINCLAPOL na representação e defesa dos interesses da classe.

Associando-nos a esse reconhecimento,

queremos registrar nossos cumprimentos a toda a diretoria eleita, augurando uma profícua gestão no próximo triênio do SINCLAPOL.

REQUERIMENTO N° 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações pela passagem do 1° aniversário da Companhia HELISUL - Linhas Aéreas, com sede nesta Capital.

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário seja comunicado a Companhia no Aeroporto do Bacacheri, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Com apenas um ano de operação, a empresa aérea HELISUL se consolidou em nosso Estado realizando vôos diários aos Municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Guarapuava, Umuarama e Campo Mourão.

A empresa totalmente paranaense tem o comando de Heloy Biezuz e Fernando Paes de Barros.

REQUERIMENTO N° 1358

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações ao SIATE - Sistema de Atendimento Integrado ao Trauma e à Emergência, pela comemoração dos cinco anos de funcionamento na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Implantado há cinco anos em Curitiba, o SIATE é coordenado pelo Corpo de Bombeiros da PMPR, que aciona a equipe de médicos e socorristas em caso de acidentes. As unidades são chamadas através do telefone 193 e a chegada da ambulância equipada ao local do acidente leva de sete a nove minutos. Os primeiros socorros e a preparação da vítima para o transporte até o hospital é feito de acordo com técnicas modernas de atendimento ao trauma. Esse extraordinário trabalho tem sido responsável pelo salvamento de muitas vidas e pela diminuição das seqüelas de acidentes.

Por esta razão, requeremos o registro nos Anais da Assembléia Legislativa dos cinco anos de atividade do SIATE em Curitiba e que, agora, será estendido a outras localidades do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo que informe sobre a viabilidade de destinar o prédio existente na esquina das Avenidas Paraná com Guaíra, no Município de Maringá, para abrigar o 1º Distrito, a Delegacia da Mulher, a Delegacia de Trânsito, a Delegacia do Menor, bem como o local para a confecção de Cédulas de Identidade, conforme reivindicação da população maringense formalizada em correspondência da Câmara Municipal, por iniciativa do Vereador Valdir Pignata.

Trata-se de local privilegiado dentro da malha viária da cidade de Maringá, posto que localizado na região central do perímetro urbano, o que facilita, e muito, o acesso dos cidadãos.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Eleuzina Plaisant, Santa Quitéria, os quais solicitam telefone público nas proximidades do nº 41.

Existe um telefone, mas, o número de usuários é muito grande, tendo os moradores que ficarem horas na fila esperando sua vez.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelo morador à Rua Jacob Mehl, 117, Atuba, Colombo, o qual pede que sejam efetuados reparos no anti-pó da referida rua. A mesma está cheia de buracos, e o tráfego de caminhões e ônibus é intenso.

Sala das Sessões, 22.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor José Serra, Ministro do Planejamento, solicitando valorização aos técnicos da EMBRAPA de acordo com as reivindicações daquele importante órgão, considerando-se que:

- os negócios agropecuários brasileiros representam parcela significativa do PIB nacional. Para que possamos continuar competindo com o Mercado Internacional, é necessário que os nossos institutos de pesquisa seja valorizados, tanto no seu aspecto físico, como naquele que é mais caro a esse setor, seus trabalhadores, que, em sua grande maioria são técnicos, pesquisadores/cientistas, que foram formados à custa de milhões pagos pela sociedade brasileira;

- no caso especial da EMBRAPA, empresa que tem oferecido à agropecuária brasileira, índices de produtividade cada vez mais elevado, através de resultados obtidos em seus campos experimentais e laboratórios, na busca de variedades tanto produtivas como resistentes às pragas e ao aclimata-mento de cada região deste nosso País/Conti-nente;

- a cada dia, contempla-se a perda desses valores humanos, saídos dessa instituição de pesquisa que tem contribuído sobremaneira com a sociedade brasileira e para com as políticas de Governo, no que tange à redução do custo/alimentação e na busca de alternativas alimentares, forjados pela falta de consideração com que são tratados pelo Governo, principalmente em função dos baixos salários que percebem.

Isto posto, Senhor Presidente, seja solicitada a preservação da EMBRAPA, não como mais uma empresa pública, mas como uma instituição eficiente e produtiva à sociedade, permitindo uma digna remuneração aos seus técnicos, pesquisadores/cientistas.

É o apelo deste Deputado que, ciente do reconhecimento a este importante e indispensável quadro de profissionais, por parte de suas excelências, que alavanca e mantém a nossa produção a nível de competitividade internacional, e que conhece na vivência do dia-a-dia, tal como Suas Excelências, a realidade deste quadro, por pertencer a uma região eminentemente agrícola.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento

de expediente ao Doutor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a implantação de Vilas Rurais no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos à disposição da população.

A Região Noroeste do Paraná abrange 29 municípios da AMUNPAR.

São 5.000 trabalhadores volantes (bóias-fria), sendo aproximadamente 500 famílias que laboram a terra, para auferir o seu sustento básico. Estes trabalhadores não possuem moradia digna, alimentação adequada para suprir suas necessidades primárias. O trabalho por eles desenvolvido é fatigante e mal remunerado, impossibilitando-os de adquirir "um pedaço de terra".

O Governo Jaime Lerner inaugura nos próximos dias a primeira Vila Rural no Estado do Paraná, no Município de Apucarana. Em Bituruna, Tibagi e Santo Antônio da Platina, já iniciaram os trabalhos de topografia do terreno. A meta é atingir 400 Vilas Rurais até 1998.

O Plano de Governo do PDT e do Movimento Paraná Novos Caminhos, trouxe consigo o Projeto de "Vilas Rurais", tão almejado pelo povo paranaense.

Buscando não só o desenvolvimento do Estado, visa também a solução ao êxodo rural, que é crescente no País.

Trata-se do resgate da cidadania aos menos favorecidos.

Em todos os governos, a região noroeste do Paraná tem sido esquecida.

Paranavaí necessita de Vilas Rurais!

Possui o município, uma área territorial de 114.000 hectares, dos quais 84.000 hectares são cultivados com pastagens, o que significa pouca utilização de mão-de-obra.

A área de plantio de mandioca com aproximadamente 5.000 hectares é o que maior potencial oferece de mão-de-obra e em especial ao bóia-fria, sendo o município carente de trabalho.

A Vila Rural vai solucionar em grande parte os problemas destes trabalhadores.

Somente com a implantação em Paranavaí estar-se-á concedendo uma alternativa digna de moradia a trabalhador do campo; conseqüentemente estará derrubando antigo tabu existente no País de que o trabalhador tem que viver como indigente.

A finalidade é "criar um chão para o bóia-fria voltar a ter todas as suas raízes na terra, garantir por todos os meios disponíveis um sentido de vida com dignidade". (Rafael Dely). E prossegue: "As soluções não podem ser apenas técnicas, tem

que ser humanistas".

A confirmação de tal projeto, está contemplada na L.D.O. para 1996.

A pretensão vem de encontro aos interesses da coletividade e do Governo do Paraná.

Vamos semear Vilas Rurais e colher a dignidade do trabalhador paranaense.

Por tais motivos, requer a Vossa Excelência, a inclusão do Município de Paranavaí com prioridade do Governo para receber os benefícios do Projeto de Vila Rural.

REQUERIMENTO N° 1336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Luiz Otávio Marcondes, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a ampliação do número de linhas da Central Telefônica do Município de Farol.

Recentemente foi implantada a Central Telefônica no município, com 55 (cinquenta e cinco) linhas disponíveis, sendo que todas foram comercializadas, mas, para atender a demanda, é necessário a implantação de mais 30 (trinta) linhas telefônicas.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia Edgard Andrade Gomes, trecho Pirapó/Guamirim, numa extensão de 8 km, no Município de Irati.

Este trecho une dois importantes Distritos do Município de Irati; torna-se intransitável no período de chuvas, dificultando o acesso entre os distritos e a sede do município, e prejudicando seriamente o escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, para que seja envidado esforços no sentido de que

seja asfaltada a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Imbituva e Teixeira Soares.

É uma antiga reivindicação dos moradores daquele município que esperam ver realizada. Trata-se de uma estrada que promove o intercâmbio entre as comunidades circunvizinhas e que, mormente em períodos de chuvas fica intransitável, em lamentável estado crítico, trazendo sérios prejuízos, também, aos produtores rurais no escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o apresente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, Digníssimo Ministro da Agricultura, solicitando a implantação de patrulhas mecanizadas nos municípios das regiões Centro-Sul e Sul do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

As regiões Centro-Sul e Sul do Estado do Paraná são integradas por 20 (vinte) municípios, cuja economia é baseada principalmente na produção agrícola de mini e pequenos produtores rurais.

Por depender, quase exclusivamente, da renda proveniente do setor agropecuário (feijão, milho, fumo, soja e outros, além de aves e suínos), e este setor estar atravessando sérias dificuldades, todos os serviços dos municípios estão afetados, principalmente a manutenção da malha viária, além de gerar reflexos graves na área social, típicos de cidades empobrecidas.

Dai que as patrulhas mecanizadas para aqueles municípios darão condições para melhorar a produtividade, preservação e recuperação do solo e meio ambiente, melhorando a renda dos produtores rurais e a arrecadação dos municípios e do Estado, além de baratear os alimentos.

REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações sobre o Concurso Público realizado em agosto de 1993 para a contratação de Professores de Educação Artística com Habilitação em Música:

1 - Quantos professores foram aprovados no referido concurso?

2 - Quantos professores foram contra-

tados até esta data?

3 - Qual o prazo de vigência do referido concurso?

4 - Quantos são os professores contratados no regime CLT, nessa especialidade?

5 - Qual a justificativa para a não contratação dos professores concursados em substituição aos celetistas?

6 - Qual é a estimativa do número de professores aprovados no referido concurso que ainda serão chamados e qual é a previsão de prazo para tal?

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Professores que foram aprovados no Concurso Público em questão procuraram este Parlamentar solicitando as informações acima.

É fundamental que haja transparência nos Concursos Públicos e contratações feitas pelo Estado.

REQUERIMENTO N° 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o Plenário a inserção nos Anais da Assembléia do Editorial "E agora, Jaime" da Gazeta do Paraná no dia 19 de maio de 1995.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 174/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a ceder em doação o veículo marca Toyota, modelo jipe, ano de fabricação 1977, placa AQ 4211, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, à Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) BEITO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa legalizar, através de doação, a posse e a propriedade do veículo acima descrito, até agora objeto de comodato precário, cuja vigência a COPEL já denunciou.

O veículo em referência tem sido de grande utilidade para a Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck, haja vista que é muito utilizado na agricultura atendendo aos pequenos e médios produtores rurais no transporte de óleo diesel, se-

mentes e adubos, dada a sua versatilidade e resistência, em que pesem os anos de uso.

Por todas estas razões, esperamos que a presente proposição seja aprovada pelos nossos ilustres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 175/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, com anuência do Governo da União, autorizado a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da hidrovia Ivaí-Paraná.

Art. 2º - A implantação e a exploração comercial da hidrovia mencionada no art. 1º desta lei será feita por uma das alternativas adiante discriminadas:

a) por consórcio múltiplo, envolvendo a União, o Governo do Estado do Paraná e as empresas interessadas na implantação e exploração comercial dessa hidrovia;

b) por consórcio bilateral, envolvendo o Governo do Estado do Paraná e as empresas interessadas na implantação e na exploração comercial dessa hidrovia, com anuência do Governo da União;

c) exclusivamente pela iniciativa privada, envolvendo empresas interessadas na implantação e na exploração comercial dessa hidrovia, através de concessão do Governo do Estado do Paraná, com anuência do Governo da União.

Art. 3º - O direito de exploração comercial da hidrovia Ivaí-Paraná, nas condições das alternativas previstas no art. 2º desta lei, será por tempo indeterminado, para as alíneas "a" e "b"; e por período mínimo de 10 (dez) anos, para a alternativa "c", desde que cumpridas as exigências de sua implantação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

I - Aspectos Jurídicos

A iniciativa da presente lei estriba-se no que dispõe o art. 65 da Constituição do Estado do Paraná.

Da mesma forma, a lei proposta não fere o disposto no art. 66, por não ser matéria constante desse artigo.

Trata-se de lei meramente autorizatória ao Governo do Estado do Paraná, com aquiescência do Governo da União, por abranger esta hidrovia parte de bens do Governo da União, no caso do rio Paraná, conforme dispõe o art. 20, inciso III, da

Constituição Federal vigente.

Para os procedimentos iniciais da implantação dessa hidrovia, constam recursos no Orçamento Estadual do presente ano.

II - Aspectos Históricos

Muito se tem falado e escrito, nestes últimos anos, sobre a hidrovia Ivaí-Paraná, inclusive nesta Casa de Leis.

Acompanhamos atentamente, pelos jornais, pela televisão, a história dessa hidrovia. Temos conhecimento de que o ilustre Parlamentar, Deputado João Preis, realizou encontros, reuniões, viagens e entrevistas, tratando da hidrovia Ivaí-Paraná. Temos conhecimento também de que há, inclusive, lei estadual reconhecendo de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Ivaí Paraná.

A continuidade desse trabalho é importante, a despeito de não estar mais nesta Casa de Leis o ilustre Deputado.

A obra tem que ter seqüência, porque toda a região Noroeste e Oeste do Paraná espera pelo desfecho final desse compromisso público, que é também compromisso do Governador Jaime Lerner.

A história da hidrovia Ivaí-Paraná mostra nomes ilustres, além do Deputado João Preis.

No tempo da colonização do Paraná, na década de 40, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ex-Companhia de Terras Norte do Paraná) já fazia estudos sobre essa hidrovia, e chegava à conclusão de sua viabilidade.

O Governo Estadual iniciou seus estudos em 1958, quando era estudada a possibilidade de navegação, tanto no rio Ivaí, como no rio Iguaçu.

No governo de José Richa, a Secretaria de Estado dos Transportes, tendo à sua frente o ilustre Secretário Deni Lineu Schwartz, realizava novos estudos de viabilidade dessa hidrovia.

Incansável defensor e batalhador pelas hidrovias do Paraná, o Engenheiro Ayrton Cornelsen, em 1986, ocupando o cargo de Superintendente de Planejamento da SUDESUL, no "Seminário sobre Programação Regional", colocou em votação e teve aprovação de uma proposição sobre o aproveitamento dos rios Ivaí e Iguaçu, com respeito ao ponto de vista do aproveitamento múltiplo daqueles rios. Nesse sentido, Cornelsen enviava, em 03/05/86, ofício ao Superintendente Geral da SUDESUL, solicitando encaminhamento dos estudos feitos sobre essas hidrovias ao então Ministro, Ronaldo Costa Couto.

Numa primeira etapa, a hidrovia Ivaí-Paraná chegará ao Município de Doutor Camargo, com entroncamento ferroviário para o Porto de Paranaguá. Espera-se, porém, que no futuro essa hidrovia chegue até o Município de Cândido de Abreu, com possi-

bilidade de se estender um ramal ferroviário entre Cândido de Abreu e a Ferrovia Federal que passa nas imediações de Reserva, com destino a Paranaguá. Nessa segunda etapa, mais de 200 quilômetros de ferrovia seriam cobertos pela hidrovía, não obstante o aumento de uns 60 km de ramal ferroviário.

III - Aspectos Econômicos

O estudo feito pela SUDESUL, tendo à frente o ilustre Engenheiro Ayrton Cornelisen é assaz suficiente e legítimo para análise completa do aspecto econômico deste projeto de lei.

Para tanto, com adendo informativo e justificativo, apensamos a este o estudo realizado, constando de 14 páginas datilografadas, incluindo também um mapa elucidativo da hidrovía.

E o que tínhamos a justificar.

PROJETO DE LEI Nº 176/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a ceder, em doação, a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 1208, série 32C1600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, à Prefeitura de Arapoti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa legalizar a posse e a propriedade da motoniveladora que se encontra prestando serviços, em regime de comodato, à Prefeitura de Arapoti.

É de conhecimento de todos as enormes dificuldades financeiras por que passam os municípios, e nada mais justo o Estado ceder definitivamente a motoniveladora acima descrita à Prefeitura de Arapoti, visando atender principalmente o setor rodoviário municipal.

PROJETO DE LEI Nº 177/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ALGACI TULLIO

JUSTIFICATIVA:

A Cultura Racional tem natureza universal porque toda a humanidade tem o direito e precisa desenvolver a mecânica do raciocínio. É a cultura da racionalização dos povos.

É, porém, uma cultura genuinamente brasileira porque o Brasil é o seu berço. Ao longo dos anos, essa cultura vem projetando internacionalmente o nosso país como um grande exemplo de fraternidade e concórdia entre os povos.

A Cultura Racional nasceu no Brasil, dia 04 de outubro de 1935, e o seu mestre e responsável pela grande obra, Manoel Jacinto Coelho, iniciou sua divulgação na década de setenta.

Essa obra maravilhosa é constituída de aproximadamente mil livros e foi concluída no dia 04 de junho de 1988, no Estado do Rio de Janeiro.

O principal objetivo da Cultura Racional é o desenvolvimento da mecânica do raciocínio, localizada na Glândula Pineal ou Epífase, na base do Istmo do Mesencéfalo. É a partir daí que o ser humano desenvolve o potencial racional e inteligência.

A obra já foi editada em quatorze idiomas e já conta com mais de oitenta milhões de estudantes e seguidores no Brasil e exterior. Eles realizam trabalhos sociais e culturais em várias partes do mundo: Estados Unidos, África, República Dominicana e Argentina, entre outros.

No Brasil, o Paraná conta com um centro para divulgação e desenvolvimento dessa cultura. Esses numerosos seguidores nos pedem a instituição do Dia da Cultura Racional no Paraná, a exemplo do que já se fez em outros Estados, como Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Espírito Santo, por exemplo.

PROJETO DE LEI Nº 178/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Defesa ao Meio Ambiente de Umuarama - ADEMA, com sede e foro na Comarca de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa do Meio Ambiente de Umuarama - ADEMA, conforme se infere o relatório de atividades apenso ao presente plano de lei, tem atuação ímpar, de-

envolvendo projetos de conservação de matas e rios e prestando esclarecimentos à população através da realização de palestras.

O trabalho da ADEMA merece ser reconhecido sobretudo em razão da respectiva luta em prol da conservação do meio ambiente da região de Umuarama. A dedicação abnegada dos cidadãos que integram essa organização muito honra os moradores da referida localidade, levando a efeito o fim social daquela entidade, qual seja, "harmonizar a convivência do homem com a natureza".

PROJETO DE LEI N° 179/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Dia do Técnico Industrial no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 23 de setembro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No desenvolvimento da economia, na promoção do bem-estar da sociedade, os técnicos industriais desempenham papel de indiscutível importância.

São os profissionais que fornecem mão-de-obra necessária ao progresso e desenvolvimento do Estado e do País. No dia a dia das fábricas, prestam serviços de inestimável valor no que concerne à produção de riquezas e divisas. Atuando nos mais diversos campos da atividade profissional, desenvolvem sua atuação dentre outras, nas áreas da arquitetura civil, da mecânica, da engenharia elétrica, da produção têxtil, da metalurgia, além de outras inúmeras habilitações e especializações, totalizando os cursos técnico-industriais de 2° grau no Brasil perto de 50 áreas especializadas.

A data sugerida para a comemoração tem profundo significado para a categoria, pois foi nessa data, no ano de 1909 que o então Presidente da República, Nilo Peçanha, instalou 23 escolas técnicas e, em 1987, o então Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, assinou a 1.ª Carta Sindical para o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio.

Ressalte-se ainda que o Governo do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, reconhecendo a importância da referida categoria instituíram nesses Estados o Dia Estadual do Técnico Industrial.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 180/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde - FHISA, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Hospitalar de Saúde - FHISA, constitui-se sob a forma jurídica de entidade sem fins lucrativos, devendo reger-se por normas do Código Civil Brasileiro e Legislação pertinente.

A Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde - FHISA, é sustentada pelo consórcio dos Municípios fundadores, autorizados por leis devidamente sancionadas, representados pelos Senhores Prefeitos Municipais.

Dentre suas atividades de promoção de saúde podemos destacar: consultas médicas, atendimento de Pronto Socorro, exames de laboratórios e internações.

Pelos benefícios que a entidade em tela oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N° 181/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

"O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, submete à apreciação desta Casa de Leis, a seguinte proposição:

Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor VILSON JOSÉ DE CASTRO GAMBORGHI."

Art. 1° - É concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor VILSON JOSÉ DE CASTRO GAMBORGHI, em razão dos relevantes serviços prestados ao povo do Estado do Paraná, na área de medicina.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

O cidadão brasileiro, VILSON JOSÉ DE CASTRO GAMBORGHI, nasceu em 26 de abril de 1934, na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina, sendo filho de Silvio Gamborgi e Alzira de Castro Gamborgi.

Viveu em sua cidade natal até o ano de 1953, onde desenvolveu toda sua formação escolar básica, vindo para Curitiba somente em 1954 para concluir seus estudos do terceiro grau, cursando o último ano, do antigo curso científico no Colégio Estadual do Paraná.

Em Lages, estudou no Colégio Santa Rosa de Lima e Grupo Escolar Vidal Ramos, de 1943 a 1946. Concluindo o primário no Colégio Diocesano de Lages.

No Ginásio Estadual Vidal Ramos fez o curso ginásial de 1949 a 1951, tendo iniciado o curso científico ainda em sua cidade, de 1952 a 1953.

Sua tendência para o trato das coisas relacionadas à saúde desde cedo era observada. Já em Curitiba, foi cursar Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Federal, formando-se em 19 de dezembro de 1960.

Casou-se com dona Estela Maria Lopes Gamborgi, com quem tem os filhos Marco Antônio, Alexandre e Daniele.

Formado em Medicina, já no ano de 1960, VILSON JOSÉ DE CASTRO GAMBORGİ resolveu exercê-la no próspero Município de Medianeira, onde ficou até o ano de 1964, tendo se destacado como cidadão e profissional. Foi inclusive diretor do Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Medianeira.

A destinação para o cuidado da saúde do povo, levou o médico no início de carreira a experimentar a sorte na cidade catarinense de Xanxerê, ali residindo e exercendo a medicina de 1964 a 1965.

A dedicação à profissão e a vocação para o estudo, fizeram com que o cidadão e médico procurasse centros de maior expressão. Quando resolveu voltar para a cidade que lhe permitiu ser médico e aqui, a partir de 1965, firmar raízes.

O esforço pessoal e a busca por novos horizontes fizeram com que o médico Vilson José de Castro Gamborgi montasse o seu próprio hospital, aí surgindo o Hospital e Maternidade Santa Felicidade, localizado em bairro de tradição italiana, de mesmo nome.

Até hoje desenvolve suas atividades no hospital que criou e deposita todos os seus sonhos, dirigindo uma das mais competentes equipes de profissionais.

Hoje, Vilson José de Castro Gamborgi é uma das mais destacadas autoridades no tratamento e cirurgia de lábios leporinos. Problema genético que encontra nas mãos deste profissional um dos mais dedicados cirurgiões.

Seu trabalho nesta área da medicina, tem-lhe dado destaque e reconhecimento de toda sociedade curitibana, paranaense e também a nível de outros centros nacionais.

Sua presença na medicina não se limita

ao exercício da nobre profissão de médico, mas se dá também na participação junto ao seu órgão de classe, tendo sido Conselheiro, de 1973 a 1978, do Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Como proprietário de hospital, Vilson José de Castro Gamborgi participou da Associação e da Federação de Hospitais. Tendo sido, de 1992 a 1993, primeiro Secretário da Federação dos Hospitais do Estado do Paraná.

Sua presença ainda é observada na Cooperativa de Médicos, a UNIMED, onde participa do Conselho Fiscal.

A outorga de Títulos honoríficos é uma condição que se impõe para o reconhecimento dos valores morais, éticos e profissionais de nossa sociedade.

Felizmente, o Paraná tem sido terra fértil para grandes pessoas que se destacam, de forma incontestável, nas mais diversas áreas das atividades humanas.

Vilson José de Castro Gamborgi é um desses cidadãos, que mesmo não tendo nascido aqui em nosso Estado, fez dele a sua opção livre e espontânea de vida. Aqui constituindo sua família e aqui semeando suas esperanças na certeza da colheita de seus frutos.

Como todo cidadão honesto e dedicado à melhoria das condições de vida de sua sociedade, o médico Vilson José de Castro Gamborgi é merecedor deste reconhecimento.

Reconhecimento que pleiteamos junto aos demais Pares desta Casa de Leis como medida de justiça. Justiça pelo que o homenageado tem feito pela sociedade em sua área de atuação profissional e como demonstração do reconhecimento do povo do Paraná, através de seus mais legítimos representantes.

Por essas razões, Vilson José de Castro Gamborgi deve merecer a homenagem que ora propomos, passando a ser mais um dos cidadãos que adotaram o Paraná como sua terra e hoje recebe o justo reconhecimento.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 182/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, foi fundada em 05 de fevereiro de 1969, entidade de direito público, tendo como objetivos ampliar e fortalecer a capacidade administrativa dos municípios associados e prestar-lhes assistência técnica em atividades meio e atividades fins, conforme preceitos de seu estatuto.

Dentre as atividades meio, destacamos a promoção de estudos da administração das prefeituras sugerindo e promovendo reformas administrativas através da reorganização dos serviços públicos municipais, especialmente com relação aos serviços fazendários; oferecer assessoramento e orientação às Câmaras Municipais dos Municípios Associados para adoção de medidas legislativas que concorram para melhorar a Administração Municipal, com a finalidade de complementar o trabalho da AMSOP.

Dentre as atividades fins, destacamos a orientação e o bom uso assim como a conservação dos recursos renováveis, assessorar os prefeitos na elaboração e execução de projetos na área de educação, saúde pública, saneamento, assistência social e habitação; promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal e com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, que atende aos requisitos da Lei nº 6.994, de 10.01.78. Por isso, é que solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 183/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Vila Rural implantada no Município de Toledo, Estado do Paraná, neste exercício, é denominada de Vila Rural Félix (Feiwisch) Lerner.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Governo Jaime Lerner inaugura nos próximos dias, a segunda Vila Rural no Estado do Paraná, no Município de Toledo. Trata-se do início da concretização de um dos ambiciosos projetos que integram o plano de governo do PDT e do Movimento Paraná Novos Caminhos, aprovado pelo povo do Paraná com a eleição do Governador Jaime Lerner.

As vilas rurais irão transformar a paisagem dos campos paranaenses, com uma solução ao crescente êxodo rural.

Na verdade esse projeto tem quatro

grandes alcances: se constitui em reforma agrária sem enfoque ideológico, moradia digna, trabalho e alimento.

Conferir a essa obra - a segunda vila rural - o nome do saudoso pai de nosso Governador, o Senhor Félix Lerner, se constitui em gesto de conforto ao filho e familiares, que demonstraram sempre extraordinário carinho e respeito a esse homem que, imigrante polonês, dedicou-se ao trabalho e à formação de sua família, nas terras generosas de nosso Estado e desta Capital, oferecendo-nos para primeiro mandatário deste Estado um de seus filhos.

Por outro lado, ratifica a crença deste Poder nos propósitos do governador de efetivamente promover a construção de um Estado que abra perspectivas a todas as gentes que aqui chegaram e chegam em busca de alternativas, esperanças e sonhos.

O Senhor Félix Lerner, faleceu no ano de 1994, no dia em que os partidos que integram a coligação Paraná Novos Caminhos homologaram o nome do então candidato Jaime Lerner, seu filho, ao Governo do Paraná.

Esta Homenagem, portanto, imortaliza entre nós paranaenses, a memória de um homem que se constitui em exemplo de fé e coragem de imigrante, que deixou marcas indeléveis de bem querência a nosso Estado

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anuncio a presença do Senhor José Olímpio de Sá Sotto Maior, Procurador do Estado.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com alegria que verificamos a presença aqui da nossa Vice-Governadora Deputada Emilia Belinatti. Quisesse todos os governantes tivessem essa disposição. Registramos também a presença do nosso Procurador Geral da Justiça, Dr. Olímpio Sotto Maior.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna nesta tarde para pedir à Mesa que se registre nos Anais desta Casa, o Editorial do Jornal "Gazeta do Paraná" publicado na última sexta-feira, dia 19 de maio. É um editorial que chama à responsabilidade o Governo Lerner, um governo que criou todas as expectativas e que claro, alimentou o imaginário dos paranaenses, que a partir do dia 1º de janeiro iríamos viver neste Estado uma profunda mudança (é verdade que não foi dito que mudança era esta), mas que se faria uma grande mudança neste Estado.

É esse Editorial, com muita propriedade, faz uma análise sucinta do que foram ou do que não foram os primeiros 150 dias de desgoverno Lerner.

"Quase tudo continua como antes e o que mudou foi para pior"

policiais ocupam o noticiário da imprensa. Nem mesmo as emergências, como a crise na agricultura que entope os galpões de milho (sem mercado e sem preço), sensibilizam o governo estadual. Foi preciso que o Ministério da Agricultura tratasse diretamente do assunto com os produtores paranaenses para encontrar soluções práticas e eficientes, como a venda de nosso milho para o Nordeste.

Há quem pondere que a administração da economia não é o forte deste governo. As críticas emergem das entranhas do próprio governo onde, na expressão de um assessor, vive-se um Vietnã. Os grupos se degladiam e no esforço para combater o adversário interno acabam expondo os pecados e as fragilidades. Falam do despreparo do secretário do Planejamento. Excelente engenheiro, muito capaz para administrar o desenvolvimento de obras físicas, mas sem qualquer aptidão para compreender a constante variação dos números da matemática financeira. Para completar as dificuldades, dizem, Lerner convocou um filantrópico do Banco Central, que só pôde assumir suas funções de secretário depois de concluir já em fevereiro, uma distante missão na África. Na sua ausência também ficou vago o cargo de diretor de Arrecadação, com evidente repercussão nos níveis do Tesouro. O secretário da Administração vem exercitando o questionável método das tentativas e erros em busca de respostas para problemas que já declarou inadmissíveis.

A novidade seria a mudança do estilo político. Jaime Lerner estaria

personais que o fazem despachar a maior parte da semana num único município, Londrina, onde estaria fazendo esforços continuados para depositar suas sementes em seara nova e mais fértil. A iniciativa até seria louvável, não esperássemos de Lerner algo que lvesse dimensões renascentistas, como ele próprio anunciou.

Suponhamos então que o governo Jaime Lerner se justifique aos olhos dos paranaenses e os próprios olhos como um salvador do Estado, livrando-o da corrupção. Mas antes que aceite o título de Benefactor é bom, mais uma vez, ouvir o que diz o povo. Poucos duvidam da honestidade pessoal de Lerner. Mas pesam suspeições sobre seu governo que, em cerca de 150 dias, já teria cometido tanto desmandos comandados por amigos e correligionários que as apostas de rua prevêm uma sucessão de escândalos. Como se não bastassem os indícios e as deduções, temos as evidências. Os crimes da *farra eleitoral* transformam-se em processos judiciais. Seus autores são apontados como beneficiários privilegiados do novo governo. O empresário Mário Celso Petraglia nomeou o irmão na direção do porto de Paranaguá. Nomeou um ex-funcionário de sua empresa diretor-geral da Secretaria de Comunicação. Nomeou, juram as testemunhas, mais que o próprio Lerner. Petraglia parece gostar do papel e diz, abertamente, que no governo nada acontece sem o seu nihil obstat. Tudo por conta de antiga amizade e um rombo de mais de oito milhões de dólares nas contas da campanha eleitoral.

Submetendo-se às exigências de autoridades e de contribuintes, perdeu autoridade e escalou sem critérios gente que presta vassalagem a instâncias que ele próprio não controla. Sem perceber, avalia um membro do círculo mais íntimo, Lerner atomizou seu poder e sua autoridade. A estrutura ficou pesada. A resposta de alguns setores é lenta. O governo perdeu a identidade. Não tem rosto. Sobrou a caricatura e esta é desabonadora.

Entre os aceitos estão muitos quadros do conservadorismo mais renitente. Gente que foi apeada do poder há mais de doze anos e que reconstituiu a sua própria rede dentro do governo. Atua sem dar grande importância à cadeia de comando. Reage às determinações do próprio governador. Um conservador, por definição, é alguém que quer conservar a ordem existente, preservar-lhe o rumo e a substância. Mesmo quando tem consciência da necessidade da mudança, opõe obstáculos. Num debate no Parlamento de seu país, há cerca de século e meio, o liberal inglês John Stuart Mill disse: "Eu nunca quis dizer que os conservadores seja geralmente burros. O que eu quis dizer é que as pessoas burras são geralmente conservadoras. Esse fato me parece tão óbvio e tão universalmente aceito como princípio que não posso imaginar um gentleman verdadeiro que o negue".

Em sua trajetória, Jaime Lerner consolidou a marca pessoal da criatividade e capacidade para administrar mudanças. Na prefeitura de Curitiba tinha uma equipe homogênea e disciplinada, de dimensões controláveis, para servir sob sua orientação modificadora. Teve sucesso. Ao conquistar o governo do Estado submeteu-se às pressões dos chamados companheiros de viagem. Estes tomaram posições-chave den-

Einevitável. A campanha eleitoral desata paixões que incendiam corações e sempre parecem grandiosas. A posse do novo governo recua para esperanças, alimenta otimismo e ilusões, preenche em parte o grande espaço vazio, não só no estômago dos menos afortunados, mas na alma e no espírito do povo inteiro. O maior desafio do governante é manter acessas as paixões e intocada a confiança.

Jaime Lerner trabalhou durante décadas a imaginação paranaense e convenceu-a de que estabeleceria novidade do ouro entre nós. Fez de seu nome uma grife associada à criatividade para dar soluções aos problemas crônicos cujos efeitos sobressaltam a vida das pessoas comuns, do povo exaurido, carregado de injustiças. Prometeu reunir inteligências e capacidades para governar com eficiência e resgatar o orgulho paranaense. Belos compromissos. A absoluta maioria dos eleitores confiou em Jaime Lerner como a fé inextinguível do afogado que se agarra à última bóia de salvamento.

Foram pouco menos de cinco meses. Ou quase 150 dias. Pouco tempo para avaliar um governo, diria um antigo político, desses que sempre dispõe de uma verdade acadêmica para lapar o sol com a peneira. O curto prazo só confirma a velocidade da dissipação da imagem grandiosa do projeto e do brilho de seu líder. A quase unanimidade em favor de Lerner foi substituída pela decepção frustrante e azeda. O leitor quer provas dessa deterioração? Basta sair às ruas, chegar-se às rodas, ouvir o povo. É cruel.

"Maledicência", exclamam os que estão entronizados no governo, com a soberba característica dos que pensam patrar acima dos comuns dos mortais. Os homens são assim feitos: quando não podem dominar

...mais fácil. Mas Lerner sabe que vive
...situação incômoda em sua carreira
...política. Sofre o desgaste rápido,
...perceptível a olho nu, mensurável
...a necessidade das pesquisas que
...só fazem confirmar a descida ladeira
...abaixo. Lerner sabe que o descrédito
...terreno-pantoso que pode afun-
...tá-lo na ingovernabilidade. Na An-
...tiguidade, o poder emanava de Deus;
...ômia potestatis a Deo, segundo
...São Paulo. Os tempos mudaram. A
...própria Igreja reconhece que o povo
...é uma espécie de voz de Deus e
...aceita a vontade popular como um
...dos sinais mais autênticos e constan-
...tes da providência Divina. Os políti-
...cos, que sobrevivem do apoio popu-
...lar, mais que a Igreja devem se pre-
...ocupar com os índices de prestígio e
...popularidade.

Por que o povo está insatisfeito?
Pouco ou nada mudou. Esta é a pri-
meira constatação. A conclusão é
análoga. Quase tudo continua como
antes e o que mudou foi para pior.
Obras importantes estão paradas e a
ação é de que o governo sofre de
paralisia. Diagnóstico justificável
quando não há sinais de existência
da administração. Nenhum gesto,
nenhuma medida, nenhuma iniciati-
va, nada que signifique mudanças de
rumo, de estilo ou, ao menos, de
valores. O rotineiro e as diligências

substituindo o caráter arrabaliado do
ex-governador Roberto Requião pela
paz e respeito à lei. Mas o percepti-
vel, até aqui, contradiz as intenções.
A primeira medida política de Jaime

As denúncias não param por aí.
Há documentos sobre operações ir-
regulares no Banestado. Não as do
governo anterior, mas deste gover-
no. Os observadores esperam para

"O povo voltará às urnas ano que vem para julgar o Governo Lerner"

Lerner foi a de estabelecer um cerco
aos veículos de comunicação para
anular vozes dissonantes. Atitude
digna de Requião que, em seu favor,
pode declarar que escolheu adversá-
rios à altura de um governante. Ho-
mens e instituições com poderes para
se defenderem — membros do Judi-
ciário, do Legislativo, empresários
de alto coturno. Gente mais graúda
que um isolado double de radialista
e deputado estadual ou um indefeso
cronista.

Mas digamos que a conclusão
política, da mesma forma que a ad-
ministração da economia, não é a
vocalização maior do governo. Então
devemos observar os campos de atu-
ação onde Lerner sempre foi bem
sucedido. O front cultural, por exem-
plo. Aqui um fenômeno surpreen-
dente. O secretário consegue ser pior
que sua antecessora. Fechou o pouco
que havia de bom (o jornal Nicolau)
e deixou-se levar pelas inquietações

breve a concessão do serviço de fis-
calização de veículos (negócio para
mais de dois milhões de dólares anu-
ais) à empresa liderada pelo empre-
sário que emprestou um prédio para
a Fundação Jaime Lerner, e, nova
coincidência, é padrinho do secretá-
rio de Governo. Há contratos suspei-
tos na Copel e na Sanepar. Há em-
presas recém inauguradas se habili-
tando a serviços públicos. É óbvio
que o vocabulário utilizado nas pra-
ças é mais grosseiro e se utiliza de
expressões chulas. Fala-se de falca-
truas, roubalheira, desfalques, rou-
bo, quadrilhas. Os adjetivos, bem, os
adjetivos é melhor deixá-los de lado.

Por que o governo chegou a esse
ponto em tão pouco tempo e sem
que a oposição tivesse dado a sua
contribuição deletéria? Alguns acre-
ditam que Lerner errou profunda-
mente ao escolher sua equipe, res-
suscitando personagens que acredi-
távamos extintos há muito tempo.

tro do aparato que agora é muito
maior. Incontrolável por um único
líder que, rompendo um grupo tão
heterogêneo e cujas características
unificadoras são faces da mesma
moeda: o espírito conservador e a
enorme avidez diante do botim.

Lerner contesta com o restante
do time. Isto é evidente. Não pode-
mos atribuir-lhe responsabilidade
única pelos resultados tão pífios e
desmerecedores da fama que con-
quistara. O insucesso, até aqui, pode
ser creditado ao time. Stuart Mill
dizia também que uma boa equipe
conservadora tende naturalmente a
atrair para si a maior parte das reser-
vas de burrice da comunidade, o que
o torna quase sempre solidamente
estúpido, com a capacidade de trans-
ferir esta qualidade ao governo que
conquista. O desafio imediato de
Lerner é conter a burrice. Precisa
retomar as rédeas, controlar a taxa
de conservadorismo de um lado e os
apetites exagerados de outro. Para
isso talvez tenha de recorrer a medi-
das últimas, o que sempre é doloro-
so, mas de eficácia comprovada. Ao
contrário do que pensam os buro-
cratas e áulicos palacianos, o tempo
é curto. Muito curto. No ano que
vem teremos eleições municipais.
Seu caráter será plebiscitário. O povo
voltará às urnas para julgar o gover-
no no Jaime Lerner.

Então este Editorial faz uma profunda análise desse governo e diz porque que o povo está insatisfeito, das medidas que não estão sendo tomadas, da confusão na sua equipe administrativa. Retrata, inclusive, com muita propriedade, a ausência de termos no Paraná um Secretário da Fazenda, porque não temos uma política financeira sendo exercida hoje pela Secretaria da Fazenda e nós, na verdade, estamos verificando, foi o desmonte dos bons programas que tinha o governo do Estado. E, infelizmente, a substituição pelo nada, pela ausência de Projetos e programas daqueles que foram prometidos durante a campanha: geração de empregos, criação de indústrias e um governo que fosse voltado aos mais carentes.

Infelizmente o mais carente que a gente pode ver nesse governo é o carente de afeto. Que é o seu Mário Celso Petrália que é o grande "guru" político do Governador. Porque é ele quem nomeia e desnomeia. É ele que exerce influência direta no Governo, no Governo Lerner manda o Senhor Petrália, é ele que tem voz de mando, de comando, de ação política desse governo. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados peço o registro nos Anais dessa Casa desse editorial, porque ele é límpido, é cristalino, ele aponta uma direção deste Governo que não pode mais perder tempo, porque cada dia de Governo perdido na verdade é um dia que se deixa de exercer uma ação administrativa a favor do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Caríssimo Presidente, caríssimos Deputados.

Subo a esta Tribuna para, em rápidas palavras, externar meu sentimento de orgulho, sentimento de amor a esse Estado, que se fortaleceu depois que li uma bela reportagem na revista "ISTO É" que relatava uma experiência extremamente positiva implantada aqui no Estado do Paraná pelo Governo atual, Governador Jaime Lerner, que foi programa das Vilas Rurais.

O nosso País vem discutindo e debatendo há mais de trinta anos um programa de reforma agrária conseqüente que realmente possibilite, não só a distribuição de terras para as famílias, mas também o aumento da produção, expansão das fronteiras agrícolas, e de fato o assentamento do homem ao campo. E depois de todo esse período, depois de mais de trinta anos de uma discussão ideológica, inconseqüente, em que se ficava discutindo o modelo a ser implantado, depois de centenas de práticas e tentativas de colonização, de reforma

agrária frustradas, esse foi o primeiro exemplo de reforma agrária criativa, conseqüente e que realmente vai nos trazer como resultado aquilo que todos nós entendemos, que deve ser objetivo de uma tentativa de colonização agrária, que é assentar o homem ao campo, possibilitar às famílias assentadas condições de vida digna, e as mínimas condições de subsistência, aumento da produção, diminuição do fluxo migratório do campo para a cidade.

E esse programa do Governador Jaime Lerner, denominado reforma agrária "light" porque é desprovida e despojada de qualquer discussão ideológica, ele conseguiu atingir esse objetivo. Por isso a minha subida a esta Tribuna é nada mais para exaltar esse nosso Estado que mais uma vez dá exemplo a esse País. E os resultados desse programa já se fazem sentir, e vale registrar que o Presidente da República, o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, José de Eduardo, acompanhados do Governador do Estado, Jaime Lerner, e tenho certeza por uma grande caravana de Deputados e Prefeitos, vai estar na Cidade de Apucarana na semana que vem para inaugurarmos a primeira dessas Vilas Rurais.

Tenho certeza a primeira de um grande número de Vilas Rurais que estão aí por vir e que certamente farão deste Estado um modelo de assentamento, um modelo de colonização e o modelo de reforma agrária; conseqüente, justa, produtiva, que vai significar inúmeras conquistas, como eu já disse: o assentamento das famílias no campo, expansão das fronteiras agrícolas e aumento da nossa produção.

Por isso quero que se registre nos Anais desta Casa este elogio que esta Assembléia faz a um dos programas que esse Governo vem fazendo com muito brilhantismo, e já apresentamos excelentes resultados a toda a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) -

Com a palavra Deputado Valdir Rossoni, encerrando as inscrições do Pequeno Expediente.

O SR. WALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna, no dia de hoje, para fazer um alerta a todos os Deputados paranaenses sobre uma questão que eu acho da maior gravidade. A questão das pequenas e médias empresas que se encontram em situação de falência se o Governo Federal continuar a tomar estas medidas.

Mas antes quero aproveitar a oportunidade que estou tendo para tecer um comentário sobre o pronunciamento do Deputado Romanelli. O Deputado Romanelli faz críti-

cas ao Governo Jaime Lerner, e nós facilmente poderíamos responder aqui ao posicionamento do Deputado Romanelli. Caro Deputado, o Governador Jaime Lerner, ao assumir este Estado, está tendo a preocupação de terminar as obras iniciadas no Governo anterior. Por exemplo: - 20.000 casas, iniciadas pela Secretaria de habitação, que não foram terminadas, e que foram lançadas na época de campanha, para angariar votos neste Estado, hoje estão sendo terminadas pelo Governo Jaime Lerner. O Governo Jaime Lerner também, mais de 1.000 obras iniciadas no final do ano passado com convênios, convênios assinados com prefeitos, em época de campanha. Digo mais, na minha região se fazia assinatura durante o comício, e nós, o nosso Governo, está tendo a qualidade, a capacidade de terminar essas obras, porque nós entendemos que o dinheiro público não estão aí para ser jogado fora. E nós, ao terminarmos as obras iniciadas pelo Governo anterior, que em muitos casos, só tiveram a preocupação de assinar o convênio e esqueceram de deixar o dinheiro, nós estamos com a preocupação de terminar estas obras e aí sim implantar o ritmo do Governo Jaime Lerner, aí sim, em cima do programa que nós queremos desenvolver, neste Estado!

Mas o que me traz à Tribuna, Deputado Romanelli, acredito que deve ser uma preocupação de todos os Deputados paranaenses, é a situação da economia nacional. Nós, Deputados sabemos que 90% dos empregos brasileiros, 80% dos trabalhadores brasileiros estão empregados nas pequenas e médias empresas e hoje estas empresas, devido as medidas econômicas, tomadas pelo Governo Federal, estão indo à falência! Está ocorrendo o efeito dominó na Economia brasileira, isto é começou uma corrente que ninguém mais paga ninguém, e as pequenas e médias empresas, que sustentam esta Nação estão indo à falência!

Gostaria de ter o apoio de todos os Deputados paranaenses para que fizéssemos aqui uma alerta ao Governo Federal. Como diz um velho ditado: - Para derrubar o carrapato não é preciso matar a vaca. E isso que está acontecendo para terminarmos, extinguímos com a inflação nós estamos terminando com as micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

Hoje lia no editorial do Estado do Paraná: "Mais de 150.000 trabalhadores, nos próximos dias estão na rua da amargura e desempregados." Devido à falta de capital de giro, devido as condições econômicas da nossa Nação. O Governo Federal está levando as empresas, médias e pequenas numa situação tão terrível...

Ocupo o Horário da Liderança do PDT.

A situação das pequenas e médias empresas é tão terrível de que estamos en-

trando numa recessão tão grande Deputado Cartário de que se o Governo Federal não se atentar para esta questão, e todos nós sabemos principalmente aqueles que o são, pequenos e médios empresários sabem de que o capital de giro de uma empresa é tão importante quanto os trabalhadores, porque o capital de giro de uma empresa faz com que ela trabalhe com sua produção total. Se a pequena e média empresa não tiver neste momento o auxílio do Governo através de linhas de crédito nós estaremos deixando os trabalhadores brasileiros numa situação terrível. Estão tomando medidas em âmbito econômico na economia brasileira essas medidas que podem ser aceitáveis para as multinacionais, mas dizer que essas medidas econômicas estão levando a Nação brasileira à maior recessão já vista.

Olha gente, se nós estamos viajando com automóvel a 140 por hora e de repente você tem que reduzir essa velocidade a 20 quilômetros por hora o que acontece? Acontece que você tem que usar o freio brusca-mente e isso pode acontecer um acidente muito grave. E isto está acontecendo com a nossa economia, a nossa economia estava crescendo 9% ao ano e de repente os homens responsáveis pela economia brasileira acharam por bem que nós deveríamos crescer 3 ou 4% ao ano e pisaram no freio, e isto vai causar um prejuízo muito grande a esta Nação.

Um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Rossoni, agradeço o aparte e cumprimento-o pela posição tomada, realmente é muito preocupante para os setores de micro empresa, médio empresário e de grande empresário, vejam por exemplo que o termômetro que nós usamos é precisamente no litoral do Estado, em Calobá, quando a época está boa a procura é muito grande por apartamentos e casas, etc., e na atualidade até o rico, até o grande empresário colocou seu apartamento à venda no Balneário de Calobá, a situação é das mais críticas. Aproveito seu pronunciamento a sugerir que Vossa Excelência, apresente um requerimento nesta casa para ser encaminhado à área econômica federal no sentido de que os juros bancários acompanhem a inflação do mês. Porque quando você pede abertura de linhas de créditos aos pequenos empresários logicamente que com os juros de 14, 15% que os bancos estão cobrando não adianta absolutamente nada essas linhas de créditos com os juros que aí estão colocados.

Então a nossa sugestão a Vossa Excelência é um requerimento à área econômica de que apenas seja cobrado um juros bancário de acordo com a inflação do mês, aí

nós teríamos recursos financeiros para que este País continue a se desenvolver. Ainda há pouco tempo atrás numa viagem que fiz à Europa eu senti que economicamente o Brasil é a maior potência do Mundo. Não existe país que tenha o poder econômico do Brasil, agora, financeiramente, desgradamente foi saneado, foi tirado o dinheiro da mão do trabalhador, da mão do comerciante, da mão do poder de compra, esta é a nossa situação. Então nós estamos no Brasil que é o País mais rico do Mundo economicamente falando, financeiramente é um desastre porque eu não sei quem tem o interesse de jogar os juros a 15% ao mês com uma inflação de 2% ao mês.

O SR. VALDIR ROSSONI - Acredito Deputado Cartário de que as medidas econômicas tomadas pelo Governo foram um ato de desespero do Governo Federal. Eles viram que a inflação estava subindo rapidamente e tomaram as medidas que poderiam ser as corretas, mas as medidas foram tão fortes que, de um mês para o outro, está levando a nação brasileira, à maior recessão já vista e além disso, ao maior desemprego, porque estão matando quem está dando 80% dos empregos brasileiros, que são as médias e pequenas empresas.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Rossoni, Vossa Excelência que é um Deputado lúcido, sobe a esta tribuna para fazer um pronunciamento da maior importância para o nosso país. Creio na verdade que se o parlamento brasileiro, no Congresso Nacional, tivéssemos, na verdade, essa discussão travada nesse nível, sobre o que acontece de real no Brasil que a gente vive, de fato nós não teríamos o Governo Fernando Henrique de costas voltadas para o povo, mas sempre ele voltado para uma mesa, banquetando com os banqueiros, os poderosos empresários do país, certamente ele conseguiria ver, se olhasse para trás, o que acontece nesse país nosso tão sofrido e Vossa Excelência aborda com muita propriedade, o que acontece hoje na nossa agricultura, no comércio e na indústria e há que se ressaltar um fato que acontece aqui no Paraná.

Nós que somos um Estado essencialmente agrícola, embora a agricultura e a pecuária e a pecuária signifique 19% do Produto Interno Bruto paranaense, elas representam juntas, 55% dos empregos que são gerados no Paraná e a nossa economia, é uma economia muito frágil e o governo federal, a área econômica está trabalhando voltada para um bolsão de consumo que existe em São Paulo. São Paulo significa 45% da economia paranaense e aí como se estivesse trabalhando para se controlar a febre,

eles dosam o remédio na economia brasileira, com o termômetro tirando essa febre em São Paulo e nós aqui no Paraná que não temos a economia pujante que tem São Paulo, acabamos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também está atravessando uma grave crise no seu setor industrial nós acabamos, na verdade, pagando a conta, porque na verdade, quem está ganhando muito com isso, é o setor financeiro que, como bem disse o Deputado Cartário, hoje você faz a captação a 4%. É o que o governo, na verdade, está pagando, e banqueiros, na outra ponta, estão emprestando a 11, 12, 15% de juros ao mês. Não há setor produtivo no mundo, que resista a uma taxa de juros inicial a essa.

Por isso, Deputado Rossoni, o seu pronunciamento é da maior importância, porque ou se tosa esse Plano Real, que é um plano que estabilizou a moeda, mas que ele fortaleça a indústria, a agricultura e o comércio, ou num prazo muito curto, vamos ver nesse País aqui, uma ruptura do que sociologicamente se chama "tecido social". Nós vamos. Nós certamente vamos ver desemprego em massa, recessão, na economia, mais do que estamos vivendo, e seguramente, vamos poder repetir aqui, desgradamente, aquele cenário de 83, quando nós víamos as hordas de desempregados, saqueando os supermercados, porque no Rio de Janeiro, já há uma guerra civil.

Por isso quero parabenizar a V.Exa. pela importância do pronunciamento que faz e sobre os investimentos que o nosso governo fez no passado, quero lhe garantir, os seus municípios graças a Deus, receberam obras extraordinárias e, se Deus quiser, o governador vai ter a mesma lucidez sua e continuar essas obras, que foram obras aprovadas pelo povo e que ajudam a população mais pobre e sofrida do Paraná.

Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento nesta tarde.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte do Deputado Romanelli, e sempre tive admiração por V.Exa., pela maneira combativa como V.Exa. se porta nessa Casa e isso faz com que possamos discutir os problemas estaduais e federais, mas nós, em cima desse grave problema que são as pequenas e médias empresas que estão à beira da falência. Nós temos ainda outras questões que agravam a situação do Paraná. O Paraná é um Estado eminentemente agrícola temos no plenário a presença do Deputado Ricardo Barros e gostaria de pedir que o Deputado levasse a posição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná quanto à questão da situação econômica que se encontram as pequenas e médias empresas paranaenses. Nós, paranaenses hoje, sabemos

que o Estado do Paraná é um Estado eminentemente agrícola e composto na sua área industrial de pequenas e médias empresas. Estamos atravessando uma das piores crises já vividas a nível de Estado do Paraná e o que observamos é que isto deverá se aprofundar ainda mais. O desemprego no interior do Estado devido à questão da agricultura e devido às pequenas e médias empresas que não têm mais como subsistir sem o capital de giro. Por quê? Porque o efeito dominó da falta de dinheiro e de recursos para que o comércio funcione, está ocorrendo de forma tão abrupta, tão forte e que dentro de poucos dias não terá mais salvação. E para que possamos recuperar essa situação, o Governo Federal deve tomar medidas rápidas e urgentes.

Visitei há 6 meses atrás a Argentina e visitei na Argentina algumas pequenas e médias indústrias que foram vítimas do Plano Cavallo, pequenas e médias indústrias, às milhares, fechadas e os trabalhadores na rua da amargura sem emprego. Nós estamos acaminho, a caminho da Argentina na situação das pequenas e médias empresas.

O Sr. Plauto Miró - Me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado quero me somar ao seu pronunciamento, tendo conhecimento da situação que é da pequena, média e até da grande indústria, do grande empresário, do grande produtor na questão da agricultura também. O País passa por um momento muito delicado onde o governo quer segurar a inflação com juro alto. E sou representante de um partido que colocou também o vice-Presidente da República, de uma bancada que dá sustentação ao Presidente da República e ao Governo Federal. E me preocupo quando vejo empresários: pequenos, médios, grandes; produtores rurais, produtores agrícolas passando por uma situação tão delicada. O desemprego está chegando. Um discurso de campanha que ouvíamos que era em cima da geração de novos empregos. Que era em cima do incentivo da agricultura, do incentivo à saúde, enfim, incentivo a todos os ramos que nós sabemos precisam de ajuda e investimento.

E vemos aquilo acontecer diferente daquilo que foi conversado, diferente daquilo que foi prometido e assumido o compromisso. Preocupo-me e quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que penso da mesma maneira como V.Exa. está colocando. E me preocupo com o trabalhador brasileiro que pouco a pouco vai ficando sem emprego e dia-a-dia tendo mais dificuldade de vida dentro do nosso país.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço seu aparte e digo que não faço a nível de crítica o

meu posicionamento, mas a nível de preocupação. Preocupação de ver o desespero de quem faz com que esta Nação funcione, ver o que ele produziu, o que ele construiu no decorrer desses anos que passaram, apesar da inflação, ver agora, de repente, a sua pequena indústria aonde ele dá dezenas de empregos. De repente não ver mais condições para que isto funcione.

Nós não sabemos: os pequenos empresários paranaenses hoje com quem a gente convive, não sabemos se paramos, se continuamos ou se corremos o risco de, aí na frente, entrar em falência. Veja o seguinte: a concordata hoje é o que mais se fala nos meios empresariais. E nós temos um assunto muito agravante. Vejo a Bancada Ruralista fazendo a defesa de 1300 proprietários rurais a nível de Nação, eu vi, li na veia essa semana passada de que 95% dos produtores rurais, apesar das dificuldades saldaram os seus compromissos. E eu tenho uma preocupação com isso, se nós quiséssemos realmente atender aos pequenos e médios produtores nós deveríamos delimitar essa medida que está sendo negociada com o Presidente da República; porque todos sabemos que não temos dinheiro de sobra para estar aqui jogando dinheiro fora. Mas sabemos muito bem que se tomarmos uma medida séria, correta, poderemos atender os médios e pequenos em todas as áreas, na área da indústria, na área da microempresa e na área da agricultura.

Mas pelo que vemos, e essa é a minha preocupação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional; todos sabemos, Olacir de Moraes planta 80.000 hectares de soja. Ora, Senhores, já imaginaram o volume de dinheiro que este cidadão empresta do Banco do Brasil? Vocês imaginem quantos produtores rurais poderiam ser atendidos. E isto a minha preocupação. E de repente vende-se para a Nação uma idéia de que estão tentando salvar os agricultores brasileiros. Quero pedir aos Senhores, será que a TR que eles não querem pagar vai ser devolvida aos 95% dos agricultores que já, apesar das dificuldades, apesar de ter vendido as suas propriedades, apesar de ter vendido seus bens, eles vão devolver esses recursos que já foram pagos aos Bancos? Essa preocupação é muito grande. Espero contar com o apoio de todos os Deputados aqui desta Casa. Faço esse discurso, esse posicionamento como, não como crítica, mas o faço como um levante do Estado do Paraná, porque não tem governador de Estado que consiga reverter essa situação. Não adianta o Governador Jaime Lerner implantar aqui no Estado Vilas Rurais, não adianta o Governador fazer um programa de consciência ao pequeno e médio agricultor paranaense, não adianta o esforço dos paranaenses, porque se o Governo Federal,

quem comanda a economia, não tomar medidas duras e firmes nós estaremos fadados a falência. Por isso que quero contar com o apoio de todos os Deputados para mandar este Requerimento ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco Central, ao Presidente do Banco do Brasil.

O Sr. Toti Colaço - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Valdir Rossoni, quero me associar as suas palavras e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento desta tarde. V.Exa. traz à tona aquilo que vem sendo estampado diariamente nos jornais, na imprensa de todo o País, e principalmente no nosso Estado. E nós que representamos uma região de pequenos agricultores, de pequenos empresários, podemos avalizar e afirmar, o que V.Exa. está colocando aí é de mais extrema importância. O setor madeireiro do nosso Estado, principalmente a região aqui do Centro-Sul e do Sul do Paraná, hoje vive uma das piores crises em toda a história da exploração da madeira. Há algumas semanas atrás o Deputado Luis Carlos Zuk fazia uso da Tribuna levantando este assunto, e apontava, com clareza a situação dramática que o setor madeireiro vive. V.Exa. traz hoje, novamente, este assunto, não somente o setor madeireiro mas a pequena e média empresa e a realidade nua e crua é que eles estão praticamente falidos hoje e associado a isso é claro o pequeno e médio agricultor da nossa região.

V.Exa. está de parabéns, realmente é preciso que o Congresso Nacional, o Presidente da República, nossos Ministros, que são daqui como o próprio Ministro da Agricultura, e outras lideranças fortes que temos no Estado do Paraná, atenham-se ao problema da quebraadeira que está acontecendo no nosso Estado.

Na minha Cidade de Irati são muitas as empresas que estão fechando, o desemprego é assustador! São empresas, muitas delas antigas, com uma tradição muito profunda no setor madeireiro e que já diminuíram ao máximo o número de empregados e algumas delas estão fechando. É assim com Irati, Imbituva, Prudentópolis e a região toda, e Vossa Excelência, que é de União da Vitória, sabe tanto quanto nós o que está acontecendo com o setor madeireiro de nosso Estado.

Mais uma vez cumprimento V.Exa. e me somo ao seu discurso e vamos fazer com que este Parlamento e principalmente nosso representantes no Congresso Nacional possam levar esta preocupação da Bancada Estadual do Paraná ao Governo, aos Ministérios e ao Presidente da República.

O SR. WALDIR ROSSONI - Companheiros Deputados, estão estrangulando a economia paranaense de duas formas, uma no comércio interior e outra no comércio exterior. Só vejam a questão do comércio externo, os exportadores, no Japão 86% das pequenas e médias empresas exportam. As pequenas e médias empresas brasileiras, somente 16% conseguiram chegar no nível de exportadores. E agora, neste momento, nos últimos anos, que as pequenas e médias empresas estavam conseguindo se habilitar a exportar o Governo Federal toma uma medida que não tem jeito de suportar. As custas brasileiras, as custas de matéria-prima, de trabalho, aumentaram em torno de 25 a 30%, que foi a inflação, o dólar comercial está hoje a 88, são mais 12%, são 42%. Aí está mais um estrangulamento da economia das pequenas e médias empresas. Porque os grandes empresários, com seu limite de câmbio, vão aos bancos e pegam lá 1.000.000 de reais, adiantado, pegam este dinheiro, aplicam no mercado a 4%, no decorrer de 90 dias e tiram a defasagem cambial, o pequeno empresário não tem como aumentar seu limite no Banco.

Aí também estão estrangulando a pequena e média empresa! Estrangulam de um lado que o comércio interno não tem mais dinheiro, o efeito dominó tomou conta dos juros das mercadorias, ninguém mais paga ninguém, e o efeito internacional que é a exportação estrangula a pequena e média empresa, porque vejam os Senhores, o pequeno empresário brasileiro tem as mesmas normas que tem o Senhor Antônio Erminio de Moraes.

E digo aos Senhores, se a economia brasileira é sustentada em cima da pequena e média empresa porque não se tomar medidas urgentes para que as nossas indústrias não fiquem como as indústrias Argentinas.

Foi para mim quando visitei as indústrias Argentinas com tristeza em ver grandes, pequenas e médias indústrias sucateadas, abandonadas, e não funcionando.

Fiz esse alerta aos companheiros Deputados.

Com a palavra o companheiro Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - O som não funciona, o nosso sistema de som precisa de reparos urgentes.

Meu caro Deputado Rossoni estou me somando às suas preocupações que são as preocupações da maioria dos brasileiros.

Quero dizer aqui da nossa preocupação com referência às pequenas e médias empresas, e esta visão do auto consumo que estão hoje imaginando a equipe econômica do Governo precisa ser analisada e tomada as medidas necessárias e com muita urgência. É claro que nós estamos com um governo de

apenas quatro meses e meio, é claro que esse País é muito complexo principalmente na área econômica. Mas nós precisamos também analisar que esta é uma política econômica a longo prazo e que nós também vamos pagar caro por ela. E a nossa preocupação é que não volte mais a inflação dos 40% que corroía principalmente o salário do trabalhador. O trabalhador hoje tem dificuldade, a gente percebe isso, mas tem uma possibilidade muito maior de consumo principalmente de alimentação da sua família, e nós queremos manter isso, mesmo que isso custe alguns sacrifícios de alguns setores.

Não podemos mais imaginar as irresponsabilidades que foram cometidas principalmente no plano cruzado em 86, por interesses eleitorais, por interesse de se ganhar, a maioria dos governos desse País não tomaram as medidas necessárias na hora que deviam tomar, e hoje esse governo pelo menos está sensível, e tenho certeza absoluta que a caça aos bois como fizeram irresponsavelmente no passado isso não vai mais acontecer. Mas o mais importante Deputado Rossoni é que eu tenho certeza que o nosso apelo chegará às autoridades federais, e nós nos somamos a essa preocupação porque nós queremos um Brasil que além de não ter inflação possa dar mais empregos e não venham estrangular as pequenas e médias empresas. E vamos à classe dos irresponsáveis, dos agricultores que devem hoje bilhões de reais ao País que não pagam e continuam dando calote. E orientar melhor a nossa bancada ruralista no Congresso Nacional que são mais de 140 Deputados defendendo esses caloteiros porque se estivessem defendendo aqueles que pagam a conta, se estivessem defendendo aqueles que honram seus compromissos esse País estaria muito melhor.

Muito obrigado e parabéns pelas suas colocações.

O Sr. Valdir Rossoni - Meu caro Deputado Edgard Bueno se a Bancada Ruralista quisessem realmente defender os agricultores eles já teriam levado uma proposta ao Presidente da República estabelecendo um limite de empréstimo para não pagar a "R", mas o que acontece é que eles não estão preocupados e é isto que a Nação não pode aceitar de ser enganada, eles estão mais interessados em defender meia dúzia que devem milhões de reais ao banco e que são inadimplentes há muitos e muitos anos e que vêm renovando e aumentando as suas dívidas, é esta a preocupação da Bancada ruralista, porque se a Bancada ruralista estivesse preocupada com os pequenos e médios eles já teriam levado ao Presidente da República, um limite.

Encerro aqui o meu pronunciamento

agradecendo a compreensão dos companheiros. Tenho uma profunda admiração e tenho a certeza de que o Presidente Fernando Henrique levará esta Nação a melhores dias, mas temos que fazer esse alerta, porque as medidas tomadas no momento, podem até ser corretas, mas no decorrer do tempo, podem ter ajustes nessas medidas e os ajustes nesse momento se fazem necessários, porque estávamos com um automóvel correndo a 140 Km por hora e de repente, brecamos esse automóvel, passando a 20 Km por hora. Isto pode causar um acidente.

Vamos continuar com este automóvel, que é a nossa economia, vamos continuar a 80 Km por hora, não crescendo 9% ao ano, mas vamos continuar crescendo 6% ao ano, porque se continuarmos nessa situação, cresceremos até meados do ano agora, 9% e vamos chegar no segundo semestre sem crescermos nada e aí sim, para nós voltarmos novamente a crescer, os esforços econômicos terão que ser maiores e aí sim, corre o risco este Plano que todos os bons brasileiros, que pensam de que este Brasil tem jeito, de que este Brasil tem medidas possíveis como esta que nós cobramos da Bancada Ruralista, mas que sejam tomadas medidas sérias, corretas e que levam ao Presidente da República, uma questão da maior gravidade, mas que não queiram, em cima das médias e pequenas empresas, socorrer os grandes caloteiros da economia social.

Obrigado.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Comunicação: Comunica-se que após a sessão plenária, haverá reunião da CPI do Bingo e o Presidente da CPI, Deputado Caíto Quintana, convoca os Senhores Deputados José Tavares, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, Emerson Nerone, Reny Borsato e Jocelito Canto para participar da reunião, na Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, é com satisfação que nos juntamos ao Deputado Edno Guimarães, com a presença de Demerval Adilson Silvestre, ex-vereador de Paranavaí e Presidente da Associação das Indústrias de Derivados de Mandioca do Paraná, bem como, do ilustre Deputado Federal, Ricardo Barros, ex-prefeito de Maringá, e de Braguini, Diretor da CODAPAR. Com a palavra, Ricardo Chab.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Quero registrar a presença nesta Casa, do Vereador Carlito T. da Silva Jr. de Ribeirão do Pinhal.

Registrado e associada à homenagem.

O SR. RICARDO CHAB - Boa tarde Senhor Pre-

sidente, Senhores Deputados. Subo a esta tribuna para defender algumas pessoas que estão sendo humilhadas no nosso Estado. Há mais ou menos 4 semanas, levantei aqui nesta Casa a questão do lado social do canal extravasor. Naquela ocasião, eu levantava aqui a hipótese daquilo que acontece hoje, a olhos vistos, no Município de São José dos Pinhais. O confronto entre quem trabalha na obra do canal extravasor e de quem mora na área por onde passa o canal extravasor. Na última quinta-feira à noite, aconteceu aquilo que nós já prevíamos, ou seja: o confronto. Senhoras grávidas, Senhores Deputados, permaneceram deitadas à frente dos tratores, tratores estes que estavam prestes a demolir as pequenas casas. Houve na verdade o confronto. E aquilo que vinha falando, motivo de debate, nesta Casa, de que pessoas do governo iam até aquelas pessoas que lá moram, no canal extravasor e que ameaçavam: "Não, vocês vão sair daqui e daremos a vocês uma lona preta". Pois bem, está acontecendo Deputado Alborghetti. As pessoas que estão sendo retiradas exatamente na Cidade Jardim e que foram retiradas de quinta-feira até agora, num total de 12 famílias das 130 que moram apenas naquele pequeno trecho, as 12 famílias retiradas foram abrigadas numa área no Bairro do Tatuquara na divisa de Curitiba com Araucária. E no bairro do Tatuquara, não muito longe de uma fábrica de explosivos, a Britanite. Essas pessoas, hoje, estão abrigadas debaixo da lona preta. São mães, são crianças pequenas e esse foi o plano de reassentação.

A COHAB interferiu - a pedido do Governo do Estado - retirou 12 famílias apenas e, de repente, colocou essas famílias embaixo da lona preta no Tatuquara. Tenho recebido hoje, nesta Casa, dois companheiros, pessoas que estão ao lado da comunidade, pessoas que estão defendendo aquelas pessoas que são obrigadas a sair de suas casas - à toque de caixa - sem serem indenizadas e sem saber aonde vão morar, até quando vão ficar morando embaixo da conhecida lona preta.

Quero, nesta tarde, fazer uma proposta ao Parlamento. Vamos tentar nós, aqui, através da Mesa desta Casa, todos nós, Deputados, junto com o Governo do Estado, paralisarmos as obras do canal extravasor por 15 dias. Até que retomemos a negociação com as pessoas. E acho que nesse período de 15 dias, partindo um segundo passo da Assembléia, de formarmos uma Comissão que todos os Deputados e todos os partidos desta Casa possam intermediar a negociação. Porque uma coisa é certa: o confronto aconteceu na quinta-feira e nós teremos um confronto maior agora. E, sem dúvida alguma, um confronto inclusive com

morte.

Ontem, pela manhã, fui até as obras do canal extravasor, ontem, pela manhã, fui até São José dos Pinhais para cobrar de perto e ver como anda a situação. Olha, é uma coisa impressionante! É uma coisa estarrecedora! E convocaria os Srs. Deputados para que fossem ver de perto, para que fossem checar a situação de humilhação, de penúria, de desespero porque passam aquelas pessoas.

Acho que não poderíamos e não podemos ficar de braços cruzados. Lá na ponta está uma população carente, lá na ponta está uma população que vive à custa de sacrifício e a maioria delas não é invasora como se costuma dizer e como se costuma apregoar àquelas pessoas. Na verdade são pessoas de boa-fé porque compraram o lote. Algumas delas, inclusive, pagaram em 12, 14 até 20 prestações o pedaço de terra onde moram. Então não seria justo e não é justa essa atitude que se toma hoje: o trator em cima.

Ontem, para que os Senhores possam ter uma idéia, cercando 130 famílias estavam: 10 tratores, 2 guindastes e mais de 20 caminhões. Isso em pleno domingo! Imaginem os Senhores como dorme uma pessoa como esta. Basta conversar com as pessoas que moram lá, elas não estão indo ao trabalho por medo de perderem a casa.

Tenho aqui dois representantes da comunidade hoje, estão conosco na Assembléia e gostaria de levantar aqui, a discussão, para que a gente possa suspender a obra por 15 dias e para que possamos formar esta comissão de Deputados e intermediar a negociação. Para que nós todos possamos evitar o que vai dar, certamente, morte.

O Sr. Péricles de Mello - Me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de cumprimentá-lo por seu pronunciamento e dizer que é triste admitirmos que o Governo Jaime Lerner possa chegar a esse ponto. Numa obra que não havia nenhuma necessidade de terminar em tão pouco tempo, como nós argumentamos, demonstramos e provamos desta tribuna nesta Casa, que o canal poderia muito bem, além de ser feito com licitação, demorar um ou dois meses a mais. Não teria problema social nenhum. Agora, é incrível que esse governo possa chegar ao ponto de prejudicar pessoas humildes, pobres, que não tem outro lugar para viver, para privilegiar empreiteiras.

Então, nós queremos manifestar em nome da Bancada do PT o nosso total apoio a sua postura, assinamos junto com o Senhor o Requerimento, porque até agora a nossa tentativa não foi outra se não essa: abrir os olhos do Governo com o absurdo

que estava cometendo. E entramos com uma ação popular na quarta-feira passada e esperamos que liminarmente o Poder Judiciário suspenda a obra, mas é claro que seria muito melhor para o nosso Estado que o Governador colocasse a mão na consciência e suspendesse ele mesmo a obra para que se pudesse pensar não apenas no destino dessas famílias, mas realizar uma licitação a favor do Estado do Paraná. Muito obrigado Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Quero aqui passar antes do aparte ao Deputado Romanelli o que me foi passado às mãos hoje por parte da comunidade do canal extravasor, inclusive Deputado Rosinha o Senhor não foi citado, um dos Deputados que tem estado ao lado daquela comunidade.

(Lê:)

"3) Agora, depois que as máquinas já começaram a trabalhar no local, as famílias que moram próximas à área de construção do Canal do Iguazu vem sofrendo todo tipo de pressões: desde a ameaça veiculada pela imprensa sobre a relocação de todos, dentro de no máximo 90 dias, sem que se saiba para onde nem em que condições deverão se mudar, até a presença ostensiva da polícia acompanhando as visitas de funcionários da COHAB de Curitiba junto às famílias do Município de São José dos Pinhais, numa clara intenção de forçar a aceitação da proposta de mudança para uma área próxima à Araucária".

Sabemos que estamos lidando com gente de baixa renda, pessoas que estão trabalhando ali no Município de São José dos Pinhais, porém, se tiverem que sair e ir para Tatuquara certamente perderão o emprego, e como vão viver? Como que pode uma pessoa que mora no Tatuquara manter o seu emprego em São José dos Pinhais, que leva mais de duas horas de ônibus.

Então, a questão social tem que ser levado em consideração por essa Assembleia. Estou pedindo encarecidamente para que suspenda essa obra, pelo menos por quinze dias, para que se retome essa negociação. Mas que se faça uma coisa decente e honesta em favor daquela população que hoje não consegue dormir.

O Sr. Luis Cláudio Romanelli - Vossa Excelência, com muita propriedade, vai a esta Tribuna, e como fez desde o primeiro minuto nesta Casa defende causa justa. E seguramente nesta questão do canal extravasor há duas posições: uma que é defendida pela Bancada do PT, muito mais sob a forma com que o Governo contratou as empreiteiras do que com o conteúdo, que é com o que Vossa Excelência justamente se preocupa. É a preocupação com as famílias, com as vidas das pessoas. Claro, também é

essa a posição da Bancada do PT, do Deputado Péricles. Agora, Vossa Excelência tem desde o primeiro minuto alertado, e falo em nome do PMDB, alertado o Governo do Estado sobre o que significa o canal extravasor.

O Eminentíssimo Deputado Valdir Rossoni leu aqui recentemente um Parecer, um relatório sobre as chuvas do "El Nino" que estavam previstas para o ano de 95. Quero crer que o "El Nino" desviou-se para outro lado do planeta porque estão aí os dias passando, os meses passando e seguramente nós vamos entrar novamente num período de seca no nosso Estado. E Vossa Excelência traduz hoje aqui a indignação destas famílias.

O Deputado Jocelito acusou o Governo passado: - "Vocês não executaram o canal." E dizia: - "Deputado Romanelli, o Senhor era interveniente na obra do canal como Presidente da Companhia de Habitação do Paraná." E por que é que o canal não andou? Por que é que atrasou um ano na sua execução? atrasou justamente pelas razões que V.Exa. está expondo, Deputado Chab, porque antes de se fazer o canal você tem que relocar as famílias que estão no caminho deste canal. E como o projeto executivo não estava pronto o que eles estão fazendo? Não sabem direito por onde vai o canal, vai o agrimensor com o teodolito, o topógrafo marca: - "é por aqui", e avançam sobre casas, pessoas, famílias. Por isso é que muito mais do que a questão da contratação das empreiteiras, sem licitação, é necessário que nós nos preocupemos com as pessoas, com as vidas, como bem V.Exa. diz.

E que o Governador Jaime Lerner tenha ele a coragem de reconhecer que aquela ação que ele fez, no início de fevereiro é, na verdade, uma ação equivocada, porque mais foi ela uma ação de marketing do Governo, para mostrar agilidade à frente daquele caos que se abateu sobre o Paraná, no mês de janeiro com as enchentes, as cheias, todas as calamidades que tomaram conta do Paraná, depois que o Governador assumiu. Que ele tenha a coragem de suspender a obra, por 15 dias, até que se encontre, gerencialmente uma solução para que estas famílias possam ser relocadas de forma digna.

V.Exa. está de parabéns por abordar o que de mais importante tem neste mundo: - a preservação da vida!

Meus parabéns e que Deus o ilumine, continue firme nessa posição de defender nosso povo.

O SR. RICARDO CHAB - Agradeço Deputado Romanelli, mas quero aqui convocar todos os Deputados, independente de Partido político.

Nós estamos lá com pessoas, com seres

humanos não têm para onde ir. Gostaria até que este item 2 do documento pudesse sensibilizar os Senhores Deputados, e que nós todos, juntos, possamos fazer uma força conjunta para ele suspender por quinze dias, retomar a negociação, e a Assembléia se envolver diretamente nisso, com uma Comissão de Deputados de todos os Partidos.

No item 2, do documento dos moradores eles citam o seguinte:

Em vista disso, apresentamos as seguintes propostas:

1) Os órgãos competentes devem comparecer em reuniões dos moradores atingidos pelas enchentes para a apresentação do projeto de construção do Canal do Iguaçu de forma transparente e global.

2) Os moradores devem ter, ao menos, o direito de discutir as bases em que se darão as relocações (critérios que serão usados no processo de indenizações das propriedades, escolha de áreas a serem loteadas para a relocação das famílias).

O SR. RICARDO CHAB - Veja bem, não adotaram nenhum critério, mínimo que seja de perguntar quanto custou aquela casa que está naquele terreno? Qual o valor? Como é que hoje se retira pessoas e eles colocam, inclusive no documento que é a custa de pressão, envolvendo a Polícia Militar, junto com as pessoas da COHAB. De 5.ª feira até hoje só conseguiram retirar 12 famílias, estão ainda lá 130 famílias. Vamos ter certamente morte, porque ontem lá estive e conversando com as pessoas e elas dizem: "A casa é minha e eu não vou me render, só me rendo quando morrer". Então a situação é grave!

Concedo o aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Deputado Chab, V.Exa. tem que ser parabenizado porque mais uma vez o Senhor traz um problema humano de grande envergadura para ser discutido nesta Casa de Leis.

Alertamos sistematicamente o Governo do Estado em relação ao canal extravasor. Somos obrigados, em função do descaso do Governo perante as críticas proferidas através da Assembléia Legislativa a recorrer ao Poder Judiciário para que embargue a obra, entre outras razões para o embargo da obra é que não consiste no processo toda ação desapropriatória das áreas porque passa o Canal Extravasor. Mas eu gostaria de sair do discurso e ir para a prática, Deputado Ricardo Chab V.Exa marque e marque já desta Tribuna o Horário para que os Deputados sensíveis a este problema possam comparecer às obras do Canal Extravasor, vamos nomear a comissão aqui e agora, vamos tirar a data aqui e agora para que os Deputados possam ir à obra e possam ver de

perto o problema que está causando o Canal Extravasor. se é quarta-feira pela manhã às 10:00 horas, se for quinta, é quinta às 10:00 horas, e os Deputados estão convocados, tenho a certeza que a maior parte dos Deputados sensíveis a um problema desta envergadura estarão comparecendo. Faço esse apelo a Vossa Excelência, tome para si, convoque a reunião, convoque os Deputados e nós lá estaremos.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Vanhoni quero aproveitar o aparte e até a idéia do Deputado Vanhoni que é muito oportuna neste momento. Acho que depois que nós terminamos a Sessão os Deputados interessados em acompanhar o sofrimento das pessoas do Canal Extravasor e tentar através do mandato que auferido pelo povo, vamos dar uma olhada amanhã pela manhã Deputado Vanhoni, acho que nós não podemos deixar as coisas passar, não podemos deixar para depois de amanhã, até gostaria depois da Sessão que os Deputados interessados permanecessem aqui no Plenário porque estão lá duas pessoas representando as 130 famílias que podem inclusive participar dessa breve reunião tão logo termine essa Sessão de hoje Deputado. Então fica a convocação para os Deputados que estiverem interessados em acompanhar o sofrimento, porque a vontade nossa é tirar daqui uma Comissão de Deputados para que possamos valer o que é de direito dessas pessoas, para que ninguém tenha o direito de ir demolindo casas, passando por cima com tratores ou fazendo ameaças dia e noite, noite e dia, caminhões passando ao lado da porta da sua casa. Então acho oportuno essa colocação do Deputado Vanhoni e estou pedindo encarecidamente para que os Senhores Deputados que porventura tenham interesse em acompanhar, em minimizar o sofrimento daquelas 130 famílias que permaneçam depois tão logo termine a Sessão. Estão aqui os moradores dois que aqui vieram representando a comunidade do movimento da cidadania para que a gente em contato com eles possamos marcar um horário para que amanhã vamos lá fazer um levantamento para que possam passar para frente, levantar a discussão aqui e proteger o pouco que aquelas pessoas têm que é a sua casa.

O Sr. **Augustinho Zucchi** - Deputado Ricardo Chab, apenas uma sugestão que o Senhor já deveria consultar em Plenário a Liderança do Governo e estabelecer de que um representante de cada partido pudesse reunir já com horário marcado com essas pessoas que estão aqui, após a Sessão, e tirar dali as propostas que vão encaminhar essa questão, se os Deputados vão lá amanhã ou se vão pedir uma audiência com o

Governador, enfim, quais são as atitudes práticas nesta linha que o Deputado Vanhoni colocou. Acho que poderia ser consultado já pela Presidência desta Casa com relação a Bancada do Governo e tirar já um representante de cada partido e concretamente discutir essa questão já que com a situação que se encontram as pessoas não se pode brincar obviamente.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Augustinho

Zucchi acho também interessante e gostaria até de perguntar ao Presidente, como eu estou na primeira legislatura eu não entendo bem como funciona a Casa, mas conheço bem o sofrimento da população, e disso tenho visão, tanto que tenho visão que trago o problema para discussão, o que nós não podemos é ficar cruzando os braços para ir assistir o sofrimento de milhares de pessoas sem que nós façamos nada, não é à toa que a população nos chame de omissos porque nós todos estamos nos curvando, e aqui não se trata de uma questão partidária, nós não estamos levando aqui a questão partidária, não está em jogo aqui a questão partidária, está sim a questão da população que está lá hoje a sofrer sem saber para onde ir.

Então acho oportuno a colocação do Augustinho Zucchi. Augustinho vamos pedir ao Presidente da Casa.

O Sr. Dr. Rosinha - Fizemos há cerca de duas ou três semanas, um Seminário, onde foi debatida a questão das enchentes. Estavam presentes várias entidades associativas de moradores da região onde vão ser relocados. Naquela oportunidade houve um acordo de que a relocação desse pessoal seria feita em cima de uma discussão política, na qual envolveriam os nossos gabinetes, o meu e o do Algaci Wúlio, e a COMEC, mas a gente tem sentido dificuldade para encaminhar, porque não envolve somente a COMEC, envolve prefeituras da região metropolitana e essas dificuldades acontecem, porque falta um pouco de vontade política. Se tivesse vontade política para sentar com os moradores, não precisava de Deputados no meio, bastava os jovens executores definirem para onde iriam esses moradores e esperar, dar um tempo para transferi-los para depois abrir a valeta e os buracos. Isso seria possível, mas eu hoje telefonei para a COMEC e a pessoa responsável estava em reunião.

Telefonei à tarde, a pessoa responsável não tinha chegado, e a gente telefona para o responsável pela Secretaria da Habitação de São José dos Pinhais e ele retruca e não aceita sentar com a turma do lado de cá. É muita irresponsabilidade, enquanto isso, os trabalhadores, os moradores daquela região sofrem as consequên-

cias. Quando a Bancada do PT entrou com representação no Ministério Público e entrou com ação popular, pedindo a suspensão da obra, também tínhamos e temos essa preocupação. Não pedíamos à toa. Não é só a questão do preço, mas a questão da onde vai parar esse pessoal esse seminário demonstra a preocupação que nós tivemos como Deputado, também com as pessoas e cidadãos que lá moram.

Portanto, apoiamos a tua iniciativa, continuaremos atuando junto e sempre defendendo o direito daquelas pessoas que já vivem.

O SR. RICARDO CHAB - Obrigado, Dr. Rosinha.

Gostaria de perguntar ao Presidente, para saber se o Presidente pode convocar os líderes.

O Sr. Toti Colaço - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Gostaria de cumprimentar pelo assunto que traz, do canal extravasor que vem se arrastando desde o início desta Legislatura. Queria propor a Casa e a V.Exa., mas que V.Exa. fosse comandante desta caravana que está se iniciando. Vejam só: nós temos aqui no Estado do Paraná, neste parlamento, uma Bancada das mais fortes, mais expressivas, competentes, homens de imprensa, radialistas, televisão e jornais e que representam todos os partidos nesta Casa aqui. Olhem aqui, Carlos Simões, Romaneli, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti, Vanhoni, Dr. Rosinha, Nelson Justus, Neivo Beraldin, Quielse, quem mais que tem aí, da Capital do Estado do Paraná e da Região Metropolitana? O Deputado Algaci Wúlio, também Líder. Meu Deus do céu! É um assunto que está sendo tratado há tanto tempo dentro desta Casa e hoje vem o Deputado Ricardo Chab e traz um quadro estarrecedor para todos nós, mulheres, grávidas afetadas na frente dos equipamentos, da máquinas, ... meu Deus do céu!

Quero me somar a vocês, eu, em nome da Bancada dos Deputados do interior do Estado do Paraná, quero me associar a vocês, se preciso for, amanhã pela manhã, de fazer uma visita nesta obra, mas gostaria principalmente, o pessoal da capital do Estado, meus eminentes pares aqui: reúnam-se e vão todos amanhã, vão para o jornal, para o rádio, para a televisão, levem os microfones e vão lá no local. Por quê? Porque acho que está na hora de dar um "basta" nisso e chegar ao governo do Estado e dizer: "Alguma coisa de grave está acontecendo". Não é possível eu duvidar da palavra do Ricardo, do Vanhoni e de outros Deputados que já comentaram. Não quero discutir o problema da forma como está

sendo construído. Quero dizer da gravidade do fato em função das famílias que lá estão morando e que estão sendo ameaçadas com máquinas, tratores. Isso é um terror para uma família pobre, principalmente. É um ato de muita gravidade.

Meus parabéns a V.Exa.. Quero me associar e se precisarem do Toti nesta caravana, estou do lado de vocês.

Era isso.

O SR. RICARDO CHAB - Só quero fazer uma colocação, porque ontem, Deputado Cartário, até para ilustrar, eu ouvi de uma senhora que mora ali na região do canal extravasor já um bom tempo, cuja senhora pediu o famoso acerto de contas na sua empresa. Pegou o FGTS, pegou as férias e construiu uma humilde casa. Essa senhora me disse ontem, com lágrimas nos olhos - Eles daqui não me levam viva, me levam morta.

Então esta é a situação que estamos vendo ali. São pessoas que colocaram seus sonhos de anos e anos de trabalho, na construção de uma humilde casa e que, de repente, vão ter que sair e morar no Matucara sob uma lona preta. Sem saber como será o futuro. Porque ali, na região, têm os filhos na creche, filhos na escola e ela trabalha não muito longe dali. É isso tudo que temos que levantar. Agradeço inclusive a participação do Deputado Toti. O Deputado Toti tocou num assunto que é importante: temos uma boa bancada de Curitiba e da Região Metropolitana. Acho que independente de Partido Político vamos nos unir para tentar sensibilizar e tentar de uma maneira, de uma vez por todas, resolver essa situação.

O Sr. Geraldo Cartário - Me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Ricardo Chab temos que chamar à responsabilidade aqui do omissso prefeito de São José dos Pinhais. O grande culpado de tudo isso é o prefeito de São José dos Pinhais pois ele é o procurador, ele que representa como um todo toda a sociedade, seja pobre, rica de São José dos Pinhais. Este Prefeito é omissso. Certamente e se aparecesse uma empresa, uma indústria em busca de uma área de terra para ali levar a empresa, ele, imediatamente, em questão de horas arrumaria um terreno adequado. A nossa legislação, o nosso sistema tributário é dos mais violentos que pode existir. Hoje ninguém disputa o homem. Ninguém quer saber da mulher, da criança no seu município. O povo, os prefeitos hoje querem ficar livres da população, quanto mais gente sair, gente pobre que saia de São José dos Pinhais mais o prefeito dá risada, mais ele bate palma porque a população não traz

recursos ao município. O que traz recursos ao município são as indústrias. Se não mudarmos a legislação ao ponto do cidadão ser compensado pela distribuição do bolo, da arrecadação em benefício do município nós vamos ter um patrulhamento violento de todos os prefeitos da Região Metropolitana dando um jeito de ficar livre do cidadão mais pobre do seu município. Esta que é a verdade.

Então sou a favor dessa comissão, mas, primeiramente, entrarmos com uma representação contra o prefeito de São José dos Pinhais por ser omissso. Porque essa obra é necessária, Deputado Ricardo Chab. Essa obra é necessária para não termos mais enchentes, o problema que nós todos conhecemos, que são milhares de pessoas saindo das suas casas por falta de tratamento paralelo ao Rio Iguaçu. Então estou totalmente a favor, mas vamos dar, aqui, a culpa direta ao Prefeito de São José dos Pinhais e ao sistema de distribuição. O Neivo Beraldin apresentou uma lei aqui que é uma lei ecológica, aonde milhares e milhões de reais vão para Guaraqueçaba, para manter a preservação ambiental. Nada se tem feito nesta Casa para se preservar o cidadão, o povo precisa de recursos para atender a população mais carente. E estamos hoje sentindo isso: que os prefeitos não querem mais a pobreza em seus municípios.

E com todo o respeito, inclusive ao Governo do Estado, acho que também deveria, primeiro, chamar o prefeito de São José dos Pinhais e lhe dar essa missão. Resolva o problema, tira a população desse lugar e a coloque em lugar apropriado. A COHAB tem um programa onde 20% da área do município a ser loteada é entregue de graça à prefeitura. E a COHAB em contrapartida leva luz e leva água. Aonde que está os 20%? Logicamente que o prefeito deve estar vendendo para indústria e não para a população como é o projeto, o caráter social da COHAB.

Era isso. E conte comigo em qualquer situação.

O SR. RICARDO CHAB - Em nenhum momento aqui falei da questão da obra, a obra é essencial, nós sabemos disso. Em nenhum momento o Deputado Ricardo Chab questionou a questão do valor da obra. Não, estou batendo já, tenho discutido isso pela questão social. Eu inclusive num contato que mantive com o Líder do Governo ele me garantiu que tudo seria facilitado e a coisa iria fluir bem. Mas agora na prática a coisa não está saindo assim. Preocupam-me muito. Não se trata aqui, eu acho nesse momento, de a Assembléia arrumar um culpado.

A situação está aí, é como se nós ti-

véssemos uma morte, a morte está aí, nós temos que tratar de enterrar quem morreu. Então, veja bem, nós temos que na verdade resolver a situação dessas pessoas, e eu acho que quem pode resolver isso somos nós os Deputados, todos nós, independente do Partido Político, é que podemos resolver isso em contato com o Governo, em contato com os órgãos do Governo. Na verdade nós temos que minimizar o sofrimento dessas pessoas.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Ricardo Chab eu me somo a sua preocupação e digo a Vossa Excelência de que se for formada a comissão lá estará presente um Deputado do PDT representando nossa Bancada. Mas quero dizer também de que com a experiência que eu tenho na questão de desapropriações, eu, na minha região já foram construídas duas usinas, centenas e centenas de proprietários foram desalojados das suas propriedades e foram indenizados; e todo o reassentamento e toda a indenização, ela por si própria é polêmica.

Toda indenização, por mais justa que seja o pagamento, jamais será justa pelo lado social. Mas agora nós devemos e temos que ver também do outro lado da situação, nós não podemos negar que os municípios atingidos com essa desapropriação causou diversos problemas aos agricultores daquela área; mas também de um outro lado a construção dessas duas usinas trouxe para o Paraná uma situação privilegiada na questão da produção de energia elétrica. Hoje o Estado do Paraná, com as suas riquezas do Rio Iguaçu, tem energia para vender para outros Estados. É isso que quero me ater, e também deixar aqui no encerramento do meu pronunciamento, que nós temos certeza de que por mais justa que seja essa desapropriação ela será polêmica até o final. Mas devemos também saber de que esse canal extravasor irá atender milhares de famílias que não ficarão mais em baixo da água.

O SR. RICARDO CHAB - Gostaria só de pedir ao Presidente, eu não sei como que procede, mas deve ser assim. Que o Senhor convocasse os líderes dos Partidos para que nomeasse pelo menos um Deputado de cada Partido para que a gente formasse essa comissão e fôssemos amanhã, às 10:00 horas da manhã, para acompanhar de perto o sofrimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi apresentado requerimento escrito?

O SR. RICARDO CHAB - Posso apresentar já?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência apresente o Requerimento e a Mesa submeterá à votação do Plenário.

O SR. RICARDO CHAB - Só gostaria de concluir dizendo o seguinte: independente do Partido, nós temos do lado de lá as pessoas que são pobres, que não têm para onde ir, e que estão hoje temerosas, apavoradas, porque o pouco que conquistaram ao longo de anos e anos, perderam agora na enchente; agora tudo o que conseguiram, o sonho da casa própria vai ser derrubado pelo trator, pela escavadeira, será levado pelo caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lideranças: PFL.
(Declina).
PSDB.
(Declina).
Liderança do Governo.
Com a palavra Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente e Srs. Deputados.
Gostaria de fazer a leitura na Tribuna desta Casa de um artigo publicado no Jornal do Brasil do articulista Marcio Moreira Alves que diz:

(A matéria acha-se publicada no final deste Diário)

É em cima exatamente disso, quem tem medo de errar acaba paralisado. É este medo que o governador Jaime Lerner não tem, é este desafio que tem o governador Jaime Lerner, que hoje paga pela incompetência daqueles que ocuparam o Palácio Iguaçu e que não investiram no interior e possibilitaram que uma grande maioria do povo viesse inchar as cidades grandes e as regiões metropolitanas. Este é o preço que paga da vontade de fazer o Governador Jaime Lerner. O Canal Extravasor faz parte do PROSAN que o governo passado lamentavelmente não teve competência necessária de fazer com que a obra realmente acontecesse.

Por isso, Srs. Parlamentares, ninguém aqui nesta Casa apóia a violência contra ninguém, muito menos esse Parlamentar, mas é bom que não se faça um cavalo de batalha em cima de uma obra que tem que ser feita, que é necessária que se faça, e que todos nós sabemos, até o político menos experiente sabe, que ninguém quer sair de onde está, nem que daqui a uma semana venha uma nova tromba d'água daquela ele quer permanecer lá porque ele continua sendo motivo da piedade de todos nós, continua sendo motivo para que todos os ajudem, e não queremos essa ajuda paliativa, nós queremos uma resolução definitiva para

o problema, todos sabem que o Canal Extravisor é necessário, é fundamental para Curitiba e para região metropolitana.

Agora, todos nós sabemos, repito, até o menos experiente político desta Casa sabe que a qualquer mudança você agrada um tanto e desagrade outro tanto. O Governador Jaime Lerner sabia que ao mexer naquela ferida teria dificuldades. E não está evidentemente se acovardando do projeto, o projeto é necessário, tem que ser feito, 130, 150 famílias terão que sair de lá e elas sabem disso, elas estão conscientes disso, elas vão para uma área onde tem um terreno seco, onde tenha escola, onde tenha posto de saúde, onde os seus filhos não correm o risco da doença que corre nas áreas de mananciais.

Ainda na quinta-feira passada no Palácio da Prefeitura foi feito o convênio para a relocação de famílias que ocupam área de mananciais em urbanização de loteamentos firmado com o Presidente da COHAB Ivo Mendes Lima, firmado com o governador do Estado do Paraná, firmado com a COMEC, firmado com todos os órgãos responsáveis pela obra do Canal Extravisor.

O Projeto prevê o atendimento de seis municípios metropolitanos, para quem não sabe, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul e Curitiba, e deve atingir um total na obra toda, não só do Canal Extravisor, mas de todo o Canal de toda aquela obra que se faz naquela região um total de 14.169 famílias que hoje estão ocupando áreas irregulares, ou não dispõem de infra-estrutura.

Numa primeira fase serão reassentadas mais de 600 famílias que vivem na faixa projetada para a construção do Canal Extravisor, e dentro do Parque Iguaçu além do atendimento de mais de cinco mil famílias com obra de infra-estrutura, água, luz, esgoto, transporte, enfim, tudo aquilo que é necessário para que aquelas famílias possam viver condignamente, não na situação que vivem hoje ou que querem alguns que elas lá permaneçam, inclusive até Prefeito que está trabalhando contra esta obra mas que nesta hora está ali no Palácio Iguaçu sendo recebido pelo Governador Jaime Lerner que não sabe jogar com revanchismo, que atende a todos da mesma forma.

Talvez esse seja um pecado do Jaime Lerner, que aliás pode ser até o motivo de uma conversa de todos nós que demos sustentação nesta Casa para que quem sabe o governador determine aos seus Secretários a mudança de comportamento, porque quando se abre o Palácio, se escancara o Palácio fica tudo muito fácil, agora quando se faz a coisa voltada apenas para o lado de um partido, quando se faz para o lado do segmento político apenas fica tudo muito fá-

cil. Nós não, nós estamos abrindo o Palácio, estamos escancarando as Secretarias, Prefeitos vêm para Curitiba assinam um convênio levam o dinheiro e não se faz estardalhaço na imprensa. Aliás bem em cima de uma matéria que o Deputado Romanelli leu agora há pouco do cidadão que inclusive é candidato a uma vaga do Tribunal de Contas e eu acho que jogou taticamente errado. Vem fazer uma crítica ao Governador Jaime Lerner, numa época em que coloca o seu nome como candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas.

Acho que taticamente foi mal orientado esse cidadão. E vem dizer...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem mais um minuto.

O SR. ALGACI TULIO - Obrigado.

Eu dizia que agora há pouco lia-se o editorial: "E agora, Jaime Lerner, 150 dias...". O pessoal estava acostumado a trazer prefeitos em caravana para Curitiba, encher o Palácio Iguaçu, dar almoço, fazer jantar, distribuir cheques de 20, 30 mil reais, na época. Acabou isso. Agora é uma política mais compacta para todo o Estado. Não é assim que se faz. Não é esse o estilo do Jaime Lerner.

Pode até ser que os outros estivessem certos, ele tem um estilo diferente de fazer. O prefeito vem aqui, não tem estardalhaço, não tem imprensa, assina convênio, pega o cheque e volta para a sua cidade e vai realizar a obra... É assim que se faz. Agora, infelizmente alguns não entendem desta maneira.

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ALGACI TULIO - Não concedo o aparte, a não ser que o Presidente permita que eu fique aqui na tribuna e dê o aparte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Beto Richa, constantes

do expediente. Necessitam de apoioamento.

Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Marcos Alves, constante do expediente. Necessita de apoioamento.

Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 029/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou co-patrocinada pelo Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., E C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 029/95.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instalar unidades de Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as cidades de microrregião do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/95, de autoria do Deputado César Selme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 115/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a "União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAM", com sede e foro em Sarandi e foro na cidade de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/95, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia Antitóxica na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Crimes Contra a Economia e Defesa do Consumidor, na Cidade de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa de Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 39 de 5.04.95)

PROJETO DE LEI N° 130/95 EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

O artigo 2º, do Projeto de Lei n° 130/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento: Caíto Quintana, Augustinho Zucchi, Luiz Cláudio Romanelli e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O escopo da Emenda Modificativa Corre-

tiva que ora apresenta é tornar mais ampla a regulamentação da Proposição em tela.

Deste modo, o Poder Executivo ao criar, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná, dotará de toda a estrutura adequada e necessária para o bom funcionamento do órgão.

Pela relevância do tema e pela oportunidade da medida da presente Emenda Modificativa Corretiva, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 130/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Ricardo Chab tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública o Departamento de Defesa de Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável à sua normal tramitação por esta Casa de Leis, na forma da Emenda Modificativa Corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 130/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública apoia integralmente a proposição do nobre Deputado por encontrar nela méritos indiscutíveis e que trará benefícios à coletividade paranaense, principalmente às famílias afetadas por desaparecimentos de crianças, além do que, com a criação proposta irá facilitar, em muito, as investigações, que serão centralizadas em um só departamento.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da emenda modificativa corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Tú-

lio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 130/95.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1333, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1356, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1326 a 1329, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1330, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1336 a 1338, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1340 e 1341, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1343 e 1344, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1345, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346 e 1358, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1353 e 1354, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1347, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1357, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita às lideranças que indiquem os seus representantes para uma vi-

sita à Cidade Jardim, no Município de São José dos Pinhais, amanhã, às 9:30 horas.

Requerimento n° 1316, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1317, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1331, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1322, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Termina hoje o prazo para inscrição aos candidatos ao Tribunal de Contas. São três inscritos até agora: José Marcos Formighieri, Henrique Naigboren e Tércio Alves de Albuquerque. O prazo termina hoje às 18 horas.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só comu-

Curitiba, segunda, em 22.05.95

nicar, Presidente, que as pessoas, com relação ao canal extravasor, e os Deputados que quiserem, amanhã pela manhã acompanhar, sentir de perto o sofrimento das pessoas, vamos sair aqui da Assembléia às 9:30 horas.

Gostaria que os Deputados interessados permanecessem no Plenário, até para ouvir as pessoas rapidamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - A Bancada do PDT indica o Deputado Edno Guimarães para acompanhar a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 105, 116, 126 e 131/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

16:37 10/05/95

As ações do Governador Jaime Lerner repercutem nos editoriais dos maiores jornais do Brasil. Hoje você lê a opinião do articulista Márcio Moreira Alves, publicada no jornal O Globo e distribuída para vários jornais brasileiros.



Márcio Moreira Alves

Lerner, o fazedor

Jaime Lerner ganhou celebridade nacional e internacional como um inovador prefeito de Curitiba. Formou uma equipe criativa e, em três administrações, fez da cidade um exemplo mundial de respeito ao meio ambiente, implantou um sistema de transportes que exporta idéias e resolveu muitos problemas da educação e da saúde.

— O sucesso foi responsável pela vitória que obteve na eleição para o governo do estado, que ganhou explicando projetos no programa gratuito de revê, embora as suas qualidades de comunicador fossem inferiores às do concorrente Alvaro Dias, profissional do rádio. Agora, quatro meses depois da posse, começa a concretizar as promessas feitas, em pareceria com prefeitos e com a iniciativa privada. Diz que não é um bom político, é um bom fazedor.

— Quem quer ter as respostas antes de começar um projeto, acaba não fazendo nada — disse Jaime Lerner à editora política da Gazeta Mercantil, Eliane Catanhede, que levantara uma dúvida sobre os desdobramentos do programa paranaense "Da Rua para a Escola", destinado a retirar crianças

das ruas e mantê-las nas escolas. Eliane, surpresa, arregalou os olhos, porque, como todos nós, repórteres que acompanhamos o dia-a-dia de Brasília, está acostumada a políticos que sempre têm respostas para tudo, inclusive para o que não sabem.

O programa não é inteiramente original mas é muito simples. Parte da constatação de que a maioria das crianças que estão nas ruas é mandada pelos pais, que precisam do dinheiro que os filhos conseguem obter, fundamentalmente para comprar comida. Logo, se lhes oferecerem uma cesta básica em troca da manutenção na escola, há boa probabilidade de êxito. Os pais mais pobres são os que mais valorizam o ensino. Custo da cesta básica: 30 reais por mês. Corre por conta do governo estadual. As prefeituras entram com a distribuição das cestas e o acompanhamento semanal das crianças. Explica Lerner: — A maneira de oferecer às crianças pobres oportunidades parecidas com as da classe média é acompanhá-las desde muito cedo. Em Curitiba temos hoje 300 creches, temos pré-escolar e ensino básico ao alcance de to-

dos. Desafio é fazer a mesma coisa no estado inteiro, o que não depende apenas do governo. Temos de ter parcerias. E temos de dar agora prioridade à qualidade da educação. Estamos lançando, junto com o Banco Mundial, o Unicef e consultores externos, um programa de reciclagem das professoras, sem interferir com o trabalho de sala de aula. A reciclagem terá de ser feita em tempo livre e o incentivo será uma bolsa chamada "Vale Saber". Deveremos chegar a 20 mil bolsas. As professoras cujos alunos conseguirem melhor resultado, vão ganhar uma segunda bolsa, a "Vale Ensinar". Ao todo, vamos investir no retreinamento de professores 160 milhões, metade do Banco Mundial, metade do governo do estado. As prefeituras que mais se destacarem na melhoria da qualidade de ensino terão ajuda para outros projetos, como, por exemplo, asfaltamento de ruas. Isso vai valer para todos, qualquer que seja o partido do prefeito.

Lerner acha que o dinheiro para a área social tem de aparecer de qualquer jeito, até mesmo para que o governo federal consiga apoio

popular para as transformações econômicas e administrativas que pretende implantar. Defende, por exemplo, que se estabeleça um preço único, quatro mil reais, por exemplo, para as casas populares no Brasil inteiro. Nas cidades grandes, onde a terra é mais cara, daria para um pequeno lote e material suficiente para dar início à construção. Numa cidade pequena, daria para um lote e uma casa de bom tamanho.

Uma vantagem seria o governo e os empresários saberem exatamente quantas casas poderiam ser feitas com o dinheiro existente.

Os planos do Paraná se estendem ao setor da infraestrutura. Lerner quer que o governo federal passe as suas estradas ao Paraná, à exceção da BR-116, que vai para o Sul. O Porto de Antonina será operado por holandeses. Há projetos de privatização de novas concessões de energia e de trechos de rodovias. Mas o que há de mais importante é a disposição de experimentar.

— Quem tem medo de errar acaba paralisado, sem criatividade. Nós queremos evitar que isso aconteça conosco — conclui Jaime Lerner.

571 P21

LIDERANCA DO GOVERNO

10-05-95 16:41

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MAIO DE 1995.

"E AGORA, JAIME"

Jornal - Gazeta do Paraná

E agora, Jaime?

"Quase tudo continua como antes e o que mudou foi para pior"

É inevitável. A campanha eleitoral desata paixões que incendiam corações e sempre parecem grandiosas. A posse do novo governo recupera esperanças, alimenta otimismo e ilusões, preenche em parte o grande espaço vazio, não só no estômago dos menos afortunados, mas na alma e no espírito do povo inteiro. O maior desafio do governante é manter acesas as paixões e intocada a confiança.

Jaime Lerner trabalhou durante décadas a imaginação paranaense e convenceu-a de que estabeleceria nova idade do ouro entre nós. Fez de seu nome uma grife associada à criatividade para dar soluções aos problemas crônicos cujos efeitos sobressaltam a vida das pessoas comuns, do povo exaurido, carregado de injustiças. Prometeu reunir inteligências e capacidades para governar com eficiência e resgatar o orgulho paranaense. Belos compromissos. A absoluta maioria dos eleitores confiou em Jaime Lerner com a fé indestrutível do afogado que se agarra à última bóia de salvamento.

Foram pouco menos de cinco meses. Ou quase 150 dias. Pouco tempo para avaliar um governo, diria um antigo político, desses que sempre dispõe de uma verdade acastanhada para tapar o sol com a peneira. O curto prazo só confirma a velocidade da dissipação da imagem grandiosa do projeto e do brilho de seu líder. A quase unanimidade em favor de Lerner foi substituída pela decepção frustrante e azeda. O leitor quer provas dessa deterioração? Basta sair às ruas, chegar-se às rodas, ouvir o povo. É cruel.

"Maledicência", exclamam os que estão entronizados no governo, com a soberba característica dos que pensam pairar acima dos comuns dos mortais. Os homens são assim feitos: quando não podem dominar os fatos, conjuram os espíritos. É mais fácil. Mas Lerner sabe que vive esta situação inédita em sua carreira política. Sofre o desgaste rápido, perceptível a olho nu, mensurável sem a necessidade das pesquisas que só fazem confirmar a descida ladeira abaixo. Lerner sabe que o descrédito é terreno pantanoso que pode afundá-lo na ingovernabilidade. Na Antiguidade, o poder emanava de Deus: omnia potestates a Deo, segundo São Paulo. Os tempos mudaram. A própria Igreja reconhece que o povo é uma espécie de voz de Deus e aceita a vontade popular como um dos sinais mais autênticos e constantes da providência Divina. Os políticos, que sobrevivem do apoio popular, mais que a Igreja devem se preocupar com os índices de prestígio e popularidade.

Por que o povo está insatisfeito? Pouco ou nada mudou. Esta é a primeira constatação. A conclusão é amarga. Quase tudo continua como antes e o que mudou foi para pior. Obras importantes estão paradas e a sensação é de que o governo sofre de paralisia. Diagnóstico justificável quando não há sinais de existência da administração. Nenhum gesto, nenhuma medida, nenhuma iniciativa, nada que signifique mudanças de rumo, de estilo ou, ao menos, de vícios. O rotineiro e as diligências

policiais ocupam o noticiário da imprensa. Nem mesmo as emergências, como a crise na agricultura que entope os galpões de milho (sem mercado e sem preço), sensibilizaram o governo estadual. Foi preciso que o Ministério da Agricultura tratasse diretamente do assunto com os produtores paranaenses para encontrar soluções práticas e eficientes, como a venda de nosso milho para o Nordeste.

Há quem pondere que a administração da economia não é o forte deste governo. As críticas emergem das entranhas do próprio governo onde, na expressão de um assessor, vive-se um Vietnã. Os grupos se degladiam e no esforço para combater o adversário interno acabam expondo os pecados e as fragilidades. Falam do despreparo do secretário do Planejamento. Excelente engenheiro, muito capaz para administrar o desenvolvimento de obras físicas, mas sem qualquer aptidão para compreender a constante variação dos números da matemática financeira. Para completar as dificuldades, dizem, Lerner convocou um financista do Banco Central, que só pôde assumir suas funções de secretário depois de concluir já em fevereiro, uma distante missão na África. Na sua ausência também ficou vago o cargo de diretor de arrecadação, com evidente repercussão nos níveis do Tesouro. O secretário da Administração vem exercitando o questionável método das tentativas e erros em busca de respostas para problemas que já declarou inadmissíveis.

A novidade seria a mudança do estilo político. Jaime Lerner estaria substituindo o caráter atrabiliário do ex-governador Roberto Requião pela paz e respeito à lei. Mas o perceptível, até aqui, contradiz as intenções. A primeira medida política de Jaime

personais que o fazem despachar a maior parte da semana num único município, Londrina, onde estaria fazendo esforços continuados para depositar suas sementes em seara nova e mais fértil. A iniciativa até seria louvável, não esperásemos de Lerner algo que tivesse dimensões renascentistas, como ele próprio anunciou.

Suponhamos então que o governo Jaime Lerner se justifique aos olhos dos paranaenses e os próprios olhos como um salvador do Estado, livrando-o da corrupção. Mas antes que aceite o título de Benefactor é bom, mais uma vez, ouvir o que diz o povo. Poucos duvidam da honestidade pessoal de Lerner. Mas pesam suspeições sobre seu governo que, em cerca de 150 dias, já teria cometido tanto desmandos comandados por amigos e correligionários que as apostas de rua prevêm uma sucessão de escândalos. Como se não bastassem os indícios e as deduções, temos as evidências. Os crimes da fase eleitoral transformam-se em processos judiciais. Seus autores são apontados como beneficiários privilegiados do novo governo. O empresário Mário Celso Petraglia nomeou o irmão na direção do porto de Paranaguá. Nomeou um ex-funcionário de sua empresa diretor-geral da Secretaria de Comunicação. Nomeou, juram as testemunhas, mais que o próprio Lerner. Petraglia parece gostar do papel e diz, abertamente, que no governo nada acontece sem o seu nihil obstat. Tudo por conta de antiga amizade e um rombo de mais de oito milhões de dólares nas contas da campanha eleitoral.

As denúncias não param por aí. Há documentos sobre operações irregulares no Banestado. Não as do governo anterior, mas deste governo. Os observadores esperam para

Submetendo-se às exigências de aliados e de contribuintes, perdeu autoridade e escalou sem critérios gente que presta vassalagem a instâncias que ele próprio não controla. Sem perceber, avalia um membro do círculo mais íntimo, Lerner atomizou seu poder e sua autoridade. A estrutura ficou pesada. A resposta de alguns setores é lenta. O governo perdeu a identidade. Não tem rosto. Sobrou a caricatura e esta é desabonadora.

Entre os aceites estão muitos quadros do conservadorismo mais renitente. Gente que foi apeada do poder há mais de doze anos e que reconstituiu a sua própria rede dentro do governo. Awa sem dar grande importância à cadeia de comando. Reage às determinações do próprio governador. Um conservador, por definição, é alguém que quer conservar a ordem existente, preservar o rumo e a substância. Mesmo quando tem consciência da necessidade da mudança, opõe obstáculos. Num debate no Parlamento de seu país, há cerca de século e meio, o liberal inglês John Stuart Mill disse: "Eu nunca quis dizer que os conservadores seja geralmente burros. O que eu quis dizer é que as pessoas burras são geralmente conservadoras. Esse fato me parece tão óbvio e tão universalmente aceito como princípio que não posso imaginar um gentleman verdadeiro que o negue".

Em sua trajetória, Jaime Lerner consolidou a marca pessoal da criatividade e capacidade para administrar mudanças. Na prefeitura de Curitiba tinha uma equipe homogênea e disciplinada, de dimensões controláveis, para servir sob sua orientação modificadora. Teve sucesso. Ao conquistar o governo do Estado submeteu-se às pressões dos chamados companheiros de viagem. Estes tomaram posições-chave dentro do aparato que agora é muito maior. Incontrolável por um único líder, que comandava um grupo tão heterogêneo e com características unificadoras são faces da mesma moeda: o espírito conservador e a enorme avidez diante do botim.

Lerner contrasta com o restante do time. Isto é evidente. Não podemos atribuir-lhe responsabilidade única pelos resultados tão pífios e desmerecedores da fama que conquistara. O insucesso, até aqui, pode ser creditado ao time. Stuart Mill dizia também que uma boa equipe conservadora tende naturalmente a atrair para si a maior parte das reservas de burrice da comunidade, o que o torna quase sempre solidamente estúpido, com a capacidade de transferir esta qualidade ao governo que conquista. O desafio imediato de Lerner é conter a burrice. Precisa retomar as rédeas, controlar a taxa de conservadorismo de um lado e os apetites exagerados de outro. Para isso talvez tenha de recorrer a medidas últimas, o que sempre é doloroso, mas de eficácia comprovada. Ao contrário do que pensam os burocratas e áulicos palacianos, o tempo é curto. Muito curto. No ano que vem teremos eleições municipais. Seu caráter será plebiscitário. O povo voltará às urnas para julgar o governo Jaime Lerner.

"O povo voltará às urnas ano que vem para julgar o Governo Lerner"

Lerner foi a de estabelecer um cerco aos veículos de comunicação para anular vozes dissonantes. Atitude digna de Requião que, em seu favor, pode declarar que escolheu adversários à altura de um governante. Homens e instituições com poderes para se defenderem — membros do Judiciário, do Legislativo, empresários de alto contorno. Gente mais graúda que um isolado double de radialista e deputado estadual ou um indefeso cronista.

Mas digamos que a conclusão política, da mesma forma que a administração da economia, não é a vocação maior do governo. Então devemos observar os campos de atuação onde Lerner sempre foi bem sucedido. O front cultural, por exemplo. Aqui um fenômeno surpreendente. O secretário consegue ser pior que sua antecessora. Fechou o pouco que havia de bom (o jornal Nicolau) e deixou-se levar pelas inquietações

breve a concessão do serviço de fiscalização de veículos (negócio para mais de dois milhões de dólares anuais) à empresa liderada pelo empresário que emprestou um prédio para a Fundação Jaime Lerner, e, nova coincidência, é padrinho do secretário de Governo. Há contratos suspeitos na Copel e na Sanepar. Há empresas recém inauguradas se habilitando a serviços públicos. É óbvio que o vocabulário utilizado nas praças é mais grosseiro e se utiliza de expressões chulas. Fala-se de falcatruas, rouba-lheira, desfalques, roubo, quadrilhas. Os adjetivos, bem, os adjetivos é melhor deixá-los de lado.

Por que o governo chegou a esse ponto em tão pouco tempo e sem que a oposição tivesse dado a sua contribuição deletéria? Alguns acreditam que Lerner errou profundamente ao escolher sua equipe, resuscitando personagens que acreditávamos extintos há muito tempo.

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso e suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 086/95

conceder, a ALCIDES PANTILHA CORS, funcionário deste Poder sob Regime C.L.T., licença para tratamento, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 12.05.95. a 11.07.95.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 19.05.95.

(a) ABIR MIGUEL
Diretor Geral

Atas das Comissão:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, secretária da Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Antonio Belinati, Toti Colaço, Carlos Simões, José Tavares, Luiz Cláudio Romanelli, Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Beto Richa, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni e Basílio Zanuso.

so. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior e o termo de ata, após colocá-los em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 130/95 do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 128/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Romanelli - APROVADO; 03) Proposição Veto 04/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 74/95 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. O Deputado Toti Colaço diz que a falta de informatização das leis já aprovadas no Paraná faz com que esta situação ocorra, indicar uma entidade de utilidade pública que já foi declarada. O Deputado Emerson Nerone sugere que tenha na C.C.J. uma Comissão para estudar estes casos, alertando anteriormente e mostrando as dificuldades da não informatização. 04) Projeto de Lei n° 134/95 do Deputado Caio Quintana. O Deputado Relator, José Tavares, requer diligência - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei n° 124/95 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Resolução n° 13/95, do Deputado Nelson Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 07) Projeto de Resolução n° 14/95 do Deputado Nelson Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone. O Deputado Toti Colaço solicita prazo maior com relação ao Projeto de Lei n° 125/95 que está em seu poder para relatar, e também ao Projeto de Lei n° 102/95 - Concedido até a próxima reunião; 08) Projeto de Lei n° 120/95 do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 39/95, do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Valdir Rossoni, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Antonio Belinati e Basílio Zanuso; 10) Projeto de Lei n° 142/95 do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 11) Projeto de Lei n° 127/95 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 12) Projeto de Resolução n° 12/95 do Deputado Nereu Moura. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 13) Projeto de Lei n° 117/95 do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares. - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 126/95 do Deputado Alga-ci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 143/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 116/95 do Deputado Marquinhos Alves. Pare-

cer FAVORÁVEL ao arquivamento por já ter sido declarada de Utilidade Pública tal entidade, do Deputado Antônio Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 108/95 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 133/95 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 17/95 do Deputado Florisvaldo Pier. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI; 20) Projeto de Lei nº 02/95 do Deputado Basílio Zanusso. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Emerson Nerone - REJEITADO. será designado novo Relator; 21) Projeto de Lei nº 115/95 do Deputado Marcos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 138/95 do Deputado Algaçúlio. O Deputado Relator, Eduardo Trevisan, requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei nº 123/95 do Deputado João Techy Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 122/95 do Deputado Cleiton Kiehlse. Parecer CONTRÁRIO de Deputado Nelson Justus - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 129/95 do Deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTAS AOS DEPUTADOS VALDIR ROSSONI E JOSÉ TAVARES; 26) Projeto de Lei nº 140/95 do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas

ao Deputado Emerson Nerone; 27) Requerimento do Deputado Nereu Moura (Protocolo nº 1569). CONCEDIDO VISTAS AOS DEPUTADOS LUIZ CLAUDIO ROMANELLI E BASÍLIO ZANUSSO; 28) Projeto de Lei nº 131/95 do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 90/95 dos Deputados Nereu Moura, Duílio Genari, Luiz Romanelli e Carlos Simões. Concedido vistas aos Deputados Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso e Valdir Rossoni; 30) Projeto de Lei nº 114/95 do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 96/95, do Deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 43/95 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, do quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária